

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	10
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	20
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	21
Demonstração de Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
Notas Explicativas	27

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	59
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	122.537
Preferenciais	0
Total	122.537
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	16/12/2010	Juros sobre Capital Próprio	20/04/2011	Ordinária		0,57400
Reunião do Conselho de Administração	14/03/2011	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,15100
Assembléia Geral Ordinária	11/04/2011	Dividendo	20/04/2011	Ordinária		1,31420
Reunião do Conselho de Administração	26/06/2011	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,15440

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.721.617	2.048.144
1.01	Ativo Circulante	805.441	1.297.982
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	161.818	457.538
1.01.03	Contas a Receber	294.515	535.730
1.01.03.01	Clientes	281.733	505.484
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	12.782	30.246
1.01.04	Estoques	317.849	275.950
1.01.06	Tributos a Recuperar	21.485	18.487
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	21.485	18.487
1.01.07	Despesas Antecipadas	9.774	10.277
1.02	Ativo Não Circulante	916.176	750.162
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	242.881	253.444
1.02.01.03	Contas a Receber	5.428	5.872
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.428	5.872
1.02.01.06	Tributos Diferidos	64.210	75.457
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	64.210	75.457
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	173.243	172.115
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	9.733	9.508
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	13.510	12.607
1.02.01.09.05	FIDC Lojas Renner	150.000	150.000
1.02.02	Investimentos	155.871	22.743
1.02.02.01	Participações Societárias	155.871	22.743
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	155.808	22.680
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	63	63
1.02.03	Imobilizado	445.042	406.998
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	436.177	390.941
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	8.865	16.057
1.02.04	Intangível	72.382	66.977
1.02.04.01	Intangíveis	72.382	66.977
1.02.04.01.02	Outros	72.382	66.977

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.721.617	2.048.144
2.01	Passivo Circulante	596.585	897.921
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	62.010	72.082
2.01.01.01	Obrigações Sociais	17.504	15.744
2.01.01.01.01	Encargos sociais	17.504	15.744
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	44.506	56.338
2.01.01.02.01	Salários a pagar	44.506	56.338
2.01.02	Fornecedores	263.684	317.078
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	263.684	317.078
2.01.03	Obrigações Fiscais	114.125	145.429
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	46.799	67.736
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	17.622	22.037
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	29.177	45.699
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	66.945	77.104
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	381	589
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	49.638	200.314
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	49.638	200.314
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	49.638	200.314
2.01.05	Outras Obrigações	88.101	145.437
2.01.05.02	Outros	88.101	145.437
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	33.068	61.167
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	16.208
2.01.05.02.04	Aluguéis a pagar	26.047	26.456
2.01.05.02.05	Outras obrigações	28.986	34.552
2.01.05.02.06	Participações estatutárias	0	7.054
2.01.06	Provisões	19.027	17.581
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	19.027	17.581
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	12.606	11.943
2.01.06.01.05	Provisões para riscos trabalhistas	6.421	5.638
2.02	Passivo Não Circulante	108.087	128.915
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	30.345	36.415
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	30.345	36.415
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	30.345	36.415
2.02.02	Outras Obrigações	44.991	49.228
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	13.974	17.335
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	13.974	17.335
2.02.02.02	Outros	31.017	31.893
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher	26.916	28.964
2.02.02.02.04	Outras obrigações	4.101	2.929
2.02.04	Provisões	32.751	43.272
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	32.751	43.272
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	32.751	29.099
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	14.173
2.03	Patrimônio Líquido	1.016.945	1.021.308
2.03.01	Capital Social Realizado	413.725	408.734

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.02	Reservas de Capital	183.845	173.570
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	118.165	118.165
2.03.02.04	Opções Outorgadas	65.680	55.405
2.03.04	Reservas de Lucros	297.030	441.614
2.03.04.01	Reserva Legal	1.812	1.812
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	144.584
2.03.04.10	Reserva para investimento e expansão	295.218	295.218
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	123.737	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.392	-2.610

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	807.439	1.399.549	696.352	1.196.188
3.01.01	Receita líquida com venda de mercadorias	727.909	1.245.616	629.989	1.070.235
3.01.02	Receita líquida com produtos e serviços financeiros	79.530	153.933	66.363	125.953
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-339.146	-588.693	-296.957	-509.746
3.02.01	Custo das mercadorias vendidas	-333.621	-577.014	-290.146	-496.924
3.02.02	Custo dos produtos e serviços financeiros	-5.525	-11.679	-6.811	-12.822
3.03	Resultado Bruto	468.293	810.856	399.395	686.442
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-315.281	-600.042	-270.647	-508.353
3.04.01	Despesas com Vendas	-178.131	-345.810	-149.678	-287.352
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-57.929	-109.441	-50.098	-91.064
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-28.580	-47.361	-28.568	-52.152
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	878	1.747	720	1.762
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-56.516	-106.998	-48.600	-90.677
3.04.05.01	Outras despesas operacionais	-28.665	-53.079	-25.670	-44.777
3.04.05.02	Plano de opção de compra de ações	-5.549	-10.276	-4.629	-8.458
3.04.05.03	Depreciações e amortizações	-22.253	-43.736	-17.891	-36.655
3.04.05.04	Resultado na baixa de ativos fixos	-49	93	-410	-787
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.997	7.821	5.577	11.130
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	153.012	210.814	128.748	178.089
3.06	Resultado Financeiro	2.124	7.915	7.107	12.568
3.06.01	Receitas Financeiras	5.933	17.018	10.463	20.131
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.809	-9.103	-3.356	-7.563
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	155.136	218.729	135.855	190.657
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-41.592	-57.598	-44.897	-62.796
3.08.01	Corrente	-44.848	-46.351	-52.093	-63.606
3.08.02	Diferido	3.256	-11.247	7.196	810
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	113.544	161.131	90.958	127.861

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	113.544	161.131	90.958	127.861
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,9275	1,3166	0,7462	1,049
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,9094	1,2913	0,7354	1,0339

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	113.544	161.131	90.958	127.861
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-420	1.218	435	998
4.02.01	Hedge fluxo de caixa	-420	1.218	435	998
4.03	Resultado Abrangente do Período	113.124	162.349	91.393	128.859

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 30/06/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	144.505	122.628
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	208.224	177.570
6.01.01.01	Lucro líquido do período	161.131	127.861
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	43.711	36.630
6.01.01.03	Amortização do ágio	25	25
6.01.01.04	Resultado venda ou baixa de ativos fixos	370	838
6.01.01.05	Juros provisionados, líquidos dos pagos	-29	-23
6.01.01.06	Plano de opção de compra de ações	10.276	8.458
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-7.821	-11.130
6.01.01.08	Provisão p/riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-9.075	5.949
6.01.01.09	Tributos diferidos	11.247	-810
6.01.01.10	Provisões para perdas em ativos	-1.611	9.772
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-63.719	-66.245
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	217.975	73.980
6.01.02.02	Estoques	-34.514	-81.190
6.01.02.03	(Perdas) ganhos não realizadas com derivativos	1.218	998
6.01.02.04	Outros ativos	14.510	666
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-225	118
6.01.02.06	Financiamento - operações serviços financeiros	-150.647	15.016
6.01.02.07	Fornecedores	-53.394	-24.928
6.01.02.08	Salários e férias a pagar	-11.832	-5.701
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-31.592	-39.843
6.01.02.10	Outras obrigações	-4.394	-3.203
6.01.02.11	Aluguéis a pagar	-409	-3.062
6.01.02.12	Obrigações estatutárias	-7.054	-6.007
6.01.02.13	Débitos com empresas ligadas	-3.361	6.911
6.01.03	Outros	0	11.303
6.01.03.01	Recebimento de dividendos de subsidiárias	0	11.303
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-212.861	-36.334
6.02.01	Aquisições de imobilizado	-72.186	-33.424
6.02.02	Aquisições de intangível	-15.406	-3.021
6.02.03	Recebimento por venda de ativo fixo	62	111
6.02.04	Investimentos Camicado	-125.331	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-227.364	-139.801
6.03.02	Aumento de capital social	4.991	684
6.03.03	Pagamento de empréstimos	-6.069	-4.409
6.03.04	Juros sobre capital próprio e dividendos	-226.286	-136.076
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-295.720	-53.507
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	457.538	410.713
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	161.818	357.206

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	408.734	173.570	441.614	0	-2.610	1.021.308
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	408.734	173.570	441.614	0	-2.610	1.021.308
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.991	10.275	-144.584	-37.394	0	-166.712
5.04.01	Aumentos de Capital	4.991	0	0	0	0	4.991
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	10.275	0	0	0	10.275
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-37.394	0	-37.394
5.04.09	Deliberação dividendo adicional proposto	0	0	-144.584	0	0	-144.584
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	161.131	1.218	162.349
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	161.131	0	161.131
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.218	1.218
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.218	1.218
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	413.725	183.845	297.030	123.737	-1.392	1.016.945

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	402.945	156.184	308.819	0	-1.512	866.436
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	402.945	156.184	308.819	0	-1.512	866.436
5.04	Transações de Capital com os Sócios	684	8.459	-88.796	0	0	-79.653
5.04.01	Aumentos de Capital	684	0	0	0	0	684
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	8.459	0	0	0	8.459
5.04.09	Deliberação dividendo adicional proposto	0	0	-88.796	0	0	-88.796
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	127.861	998	128.859
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	127.861	0	127.861
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	998	998
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	998	998
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	403.629	164.643	220.023	127.861	-514	915.642

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	1.769.631	1.504.078
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.816.575	1.555.130
7.01.02	Outras Receitas	417	1.100
7.01.02.01	Resultado na baixa de ativos fixos	93	-787
7.01.02.02	Outros resultados operacionais	324	1.887
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-47.361	-52.152
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-949.654	-808.018
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-709.226	-603.544
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-231.387	-193.707
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-9.041	-10.767
7.03	Valor Adicionado Bruto	819.977	696.060
7.04	Retenções	-43.736	-36.655
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-43.736	-36.655
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	776.241	659.405
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	24.935	31.261
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.821	11.130
7.06.02	Receitas Financeiras	17.114	20.131
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	801.176	690.666
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	801.176	690.666
7.08.01	Pessoal	179.021	149.531
7.08.01.01	Remuneração Direta	128.124	108.566
7.08.01.02	Benefícios	26.530	19.221
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.070	9.577
7.08.01.04	Outros	13.297	12.167
7.08.01.04.01	Plano de opção de compra de ações	10.276	8.458
7.08.01.04.02	Remuneração dos administradores	3.021	3.709
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	378.963	347.470
7.08.02.01	Federais	169.442	169.861
7.08.02.02	Estaduais	200.629	170.040
7.08.02.03	Municipais	8.892	7.569
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	82.061	65.804
7.08.03.02	Aluguéis	73.096	58.339
7.08.03.03	Outras	8.965	7.465
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	8.965	7.465
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	161.131	127.861
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	37.394	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	123.737	127.861

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	2.228.907	2.456.015
1.01	Ativo Circulante	1.441.844	1.872.921
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	242.212	683.661
1.01.03	Contas a Receber	838.260	893.748
1.01.03.01	Clientes	824.958	863.493
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	13.302	30.255
1.01.04	Estoques	337.473	275.950
1.01.06	Tributos a Recuperar	22.084	18.610
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	22.084	18.610
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.815	952
1.02	Ativo Não Circulante	787.063	583.094
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	97.074	103.451
1.02.01.03	Contas a Receber	5.428	5.872
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.428	5.872
1.02.01.06	Tributos Diferidos	68.047	75.457
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	68.047	75.457
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	23.599	22.122
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	10.089	9.515
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	13.510	12.607
1.02.02	Investimentos	63	63
1.02.02.01	Participações Societárias	63	63
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	63	63
1.02.03	Imobilizado	453.996	412.603
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	444.768	396.546
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	9.228	16.057
1.02.04	Intangível	235.930	66.977
1.02.04.01	Intangíveis	76.046	66.977
1.02.04.01.02	Outros	76.046	66.977
1.02.04.02	Goodwill	159.884	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	2.228.907	2.456.015
2.01	Passivo Circulante	755.123	977.575
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	65.042	72.108
2.01.01.01	Obrigações Sociais	18.561	15.753
2.01.01.01.01	Encargos sociais	18.561	15.753
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	46.481	56.355
2.01.01.02.01	Salários a pagar	46.481	56.355
2.01.02	Fornecedores	289.480	318.285
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	289.480	318.285
2.01.03	Obrigações Fiscais	118.906	146.674
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	51.048	68.940
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	18.418	23.001
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	32.630	45.939
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	67.452	77.104
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	406	630
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	145.461	279.426
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	145.461	279.426
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	145.461	279.426
2.01.05	Outras Obrigações	117.059	143.501
2.01.05.02	Outros	117.059	143.501
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	33.068	61.167
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	16.208
2.01.05.02.04	Aluguéis a pagar	20.441	20.809
2.01.05.02.05	Outras obrigações	63.550	38.263
2.01.05.02.06	Participações estatutárias	0	7.054
2.01.06	Provisões	19.175	17.581
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	19.175	17.581
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	12.642	11.943
2.01.06.01.05	Provisões para riscos trabalhistas	6.533	5.638
2.02	Passivo Não Circulante	456.839	457.132
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	372.383	377.076
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	372.383	377.076
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	372.383	377.076
2.02.02	Outras Obrigações	51.132	36.642
2.02.02.02	Outros	51.132	36.642
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher	27.813	28.964
2.02.02.02.04	Outras obrigações	23.319	7.678
2.02.04	Provisões	33.324	43.414
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	33.324	43.414
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	33.324	29.241
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	14.173
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.016.945	1.021.308
2.03.01	Capital Social Realizado	413.725	408.734
2.03.02	Reservas de Capital	183.845	173.570
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	118.165	118.165

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.02.04	Opções Outorgadas	65.680	55.405
2.03.04	Reservas de Lucros	297.030	441.614
2.03.04.01	Reserva Legal	1.812	1.812
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	144.584
2.03.04.10	Reserva para investimento e expansão	295.218	295.218
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	123.737	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.392	-2.610

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	836.419	1.435.186	701.979	1.207.713
3.01.01	Receita líquida com venda de mercadorias	749.653	1.267.360	629.989	1.070.235
3.01.02	Receita líquida com produtos e serviços financeiros	86.766	167.826	71.990	137.478
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-351.223	-600.770	-296.957	-509.746
3.02.01	Custo das vendas com mercadorias	-345.698	-589.091	-290.146	-496.924
3.02.02	Custo dos produtos e serviços financeiros	-5.525	-11.679	-6.811	-12.822
3.03	Resultado Bruto	485.196	834.416	405.022	697.967
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-333.704	-623.865	-275.480	-518.314
3.04.01	Despesas com Vendas	-185.211	-352.211	-148.731	-285.784
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-60.560	-112.083	-50.098	-91.064
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-28.926	-47.735	-28.568	-52.152
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	878	1.747	720	1.763
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-59.885	-113.583	-48.803	-91.077
3.04.05.01	Outras despesas operacionais	-31.708	-59.306	-25.841	-45.114
3.04.05.02	Plano de opção de compra de ações	-5.549	-10.276	-4.629	-8.458
3.04.05.03	Depreciações e amortizações	-22.579	-44.094	-17.923	-36.718
3.04.05.04	Resultado na baixa de ativos fixos	-49	93	-410	-787
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	151.492	210.551	129.542	179.653
3.06	Resultado Financeiro	1.380	7.150	7.079	12.531
3.06.01	Receitas Financeiras	5.958	17.045	10.467	20.136
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.578	-9.895	-3.388	-7.605
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	152.872	217.701	136.621	192.184
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-39.328	-56.570	-45.663	-64.323
3.08.01	Corrente	-46.421	-49.160	-52.859	-65.133
3.08.02	Diferido	7.093	-7.410	7.196	810
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	113.544	161.131	90.958	127.861
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	113.544	161.131	90.958	127.861

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	113.544	161.131	90.958	127.861
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,9275	1,3166	0,7462	1,049
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,9094	1,2913	0,7354	1,0339

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	113.544	161.131	90.958	127.861
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-420	1.218	435	998
4.02.01	Hedge fluxo de caixa	-420	1.218	435	998
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	113.124	162.349	91.393	128.859
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	113.124	162.349	91.393	128.859

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 30/06/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	32.668	123.842
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	214.621	188.767
6.01.01.01	Lucro líquido do período	161.131	127.861
6.01.01.02	Depreciações e amrtizações	44.069	36.693
6.01.01.03	Amortização de ágio	25	25
6.01.01.04	Resultado venda ou baixa dos ativos fixos	370	838
6.01.01.05	Juros provisionados, líquidos dos pagos	58	-23
6.01.01.06	Plano de opção de compra de ações	10.276	8.458
6.01.01.07	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-8.496	5.953
6.01.01.08	Tributos diferidos	7.410	-810
6.01.01.09	Provisão para perda em ativos	-222	9.772
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-181.953	-64.925
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	32.179	67.513
6.01.02.02	Estoques	-54.946	-81.190
6.01.02.03	(Perdas) ganhos não realizadas em derivativos	1.218	998
6.01.02.04	Outros ativos	12.157	409
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-574	111
6.01.02.06	Financiamento - operações serviços financeiros	-142.080	21.933
6.01.02.07	Aplicação quotas subordinadas FIDC Lojas Renner	1.377	0
6.01.02.08	Fornecedores	-28.805	-24.897
6.01.02.09	Salários e férias a pagar	-9.874	-5.698
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher	-26.111	-39.817
6.01.02.11	Outras obrigações	40.928	2.982
6.01.02.12	Aluguéis a pagar	-368	-1.262
6.01.02.13	Obrigações estatutárias	-7.054	-6.007
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-254.810	-36.334
6.02.01	Aquisições de imobilizado	-75.770	-33.424
6.02.02	Aquisições de intangível	-179.102	-3.021
6.02.03	Recebimento por venda de ativo fixo	62	111
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-219.307	-139.801
6.03.01	Empréstimos tomados	15.199	0
6.03.02	Aumento de capital social	4.991	684
6.03.03	Pagamentos de empréstimos	-13.211	-4.409
6.03.04	Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	-226.286	-136.076
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-441.449	-52.293
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	683.661	411.370
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	242.212	359.077

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	408.734	173.570	441.614	0	-2.610	1.021.308	0	1.021.308
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	408.734	173.570	441.614	0	-2.610	1.021.308	0	1.021.308
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.991	10.275	-144.584	-37.394	0	-166.712	0	-166.712
5.04.01	Aumentos de Capital	4.991	0	0	0	0	4.991	0	4.991
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	10.275	0	0	0	10.275	0	10.275
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-37.394	0	-37.394	0	-37.394
5.04.09	Deliberação dividendo adicional proposto	0	0	-144.584	0	0	-144.584	0	-144.584
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	161.131	1.218	162.349	0	162.349
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	161.131	0	161.131	0	161.131
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.218	1.218	0	1.218
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.218	1.218	0	1.218
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	413.725	183.845	297.030	123.737	-1.392	1.016.945	0	1.016.945

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	402.945	156.184	308.819	0	-1.512	866.436	0	866.436
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	402.945	156.184	308.819	0	-1.512	866.436	0	866.436
5.04	Transações de Capital com os Sócios	684	8.459	-88.796	0	0	-79.653	0	-79.653
5.04.01	Aumentos de Capital	684	0	0	0	0	684	0	684
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	8.459	0	0	0	8.459	0	8.459
5.04.09	Deliberação dividendo adicional proposto	0	0	-88.796	0	0	-88.796	0	-88.796
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	127.861	998	128.859	0	128.859
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	127.861	0	127.861	0	127.861
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	998	998	0	998
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	998	998	0	998
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	403.629	164.643	220.023	127.861	-514	915.642	0	915.642

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 30/06/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	1.810.805	1.516.694
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.858.123	1.567.746
7.01.02	Outras Receitas	417	1.100
7.01.02.01	Resultado na baixa de ativos fixos	93	-787
7.01.02.02	Outros resultados operacionais	324	1.887
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-47.735	-52.152
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-976.937	-808.330
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-724.896	-603.544
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-242.192	-194.019
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-9.849	-10.767
7.03	Valor Adicionado Bruto	833.868	708.364
7.04	Retenções	-44.094	-36.718
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-44.094	-36.718
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	789.774	671.646
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	17.141	20.136
7.06.02	Receitas Financeiras	17.141	20.136
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	806.915	691.782
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	806.915	691.782
7.08.01	Pessoal	182.263	149.545
7.08.01.01	Remuneração Direta	130.648	108.579
7.08.01.02	Benefícios	26.956	19.221
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.362	9.578
7.08.01.04	Outros	13.297	12.167
7.08.01.04.01	Plano de opção de compra de ações	10.276	8.458
7.08.01.04.02	Remuneração dos administradores	3.021	3.709
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	380.230	350.159
7.08.02.01	Federais	170.153	171.920
7.08.02.02	Estaduais	200.196	170.040
7.08.02.03	Municipais	9.881	8.199
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	83.291	64.217
7.08.03.02	Aluguéis	73.536	56.711
7.08.03.03	Outras	9.755	7.506
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	9.755	7.506
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	161.131	127.861
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	37.394	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	123.737	127.861

Comentário do Desempenho

Os resultados apresentados a seguir, exceto onde indicado o contrário, consolidam os números da Camicado para os meses de maio e junho de 2011. No entanto, as informações dos mesmos períodos de 2010 não consolidam a Camicado. Já as informações indicadas como "Lojas Renner" consolidam apenas os resultados da Lojas Renner S.A. - controladora, Dromegon Participações Ltda. e Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda.

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

O segundo trimestre do ano foi novamente positivo para o varejo e as vendas no período foram 19,0% maiores, acumulando em seis meses crescimento de 18,4%. A evolução da Receita Líquida das Vendas de Mercadorias mostra o contínuo vigor da economia brasileira, combinado com os desempenhos satisfatórios nos Dias das Mães e Namorados. Na Renner especificamente, as baixas temperaturas e a boa aceitação das coleções de outono-inverno também contribuíram para a performance atingida, com Vendas em Mesmas Lojas crescendo 9,8% no 2T11 e 10,4% no 1S11.

Não obstante as pressões do custo mais elevado do algodão e a consolidação da Camicado, a Margem Bruta da Operação de Varejo ficou estável em 53,9% no 2T11 e levemente inferior no semestre, com redução de apenas 0,1 p.p., chegando a 53,5% no 1S11. Na Renner, o maior volume de itens importados e também as baixas temperaturas registradas em maio e junho nas regiões Sul e Sudeste contribuíram favoravelmente para que a Margem Bruta apresentasse uma expansão de 0,3 p.p. no 2T11 e de 0,1p.p. no 1S11.

Os Resultados de Serviços Financeiros apresentaram desempenho igualmente positivo, tendo crescido 30,0% no 2T11, totalizando R\$ 32,1 milhões. A inadimplência permaneceu em níveis baixos, em 3,0% da Receita Líquida das Vendas de Mercadorias, e a participação do cartão Renner ficou em 55,2%. No período acumulado, a divisão de Serviços Financeiros gerou resultado de R\$ 70,6 milhões, com inadimplência de 2,8%.

No período entre janeiro e junho de 2011, foram inauguradas conforme previsões iniciais, 10 lojas, entre os modelos tradicional, compacto e a primeira loja Blue Steel, como um teste para a potencial criação de uma rede especializada. Para o ano em curso, estão ainda previstas outras 21 inaugurações de lojas Renner e dois protótipos de Blue Steel.

O processo de consolidação e integração da Camicado está ocorrendo conforme planos iniciais e a Administração continua confiante nas oportunidades deste novo negócio. Para o ano em curso estão previstas ainda a abertura de mais três lojas.

INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS

A **Receita Líquida das Vendas de Mercadorias** foi de **R\$ 749,7 milhões** no **2T11**, apresentando um crescimento de **19,0%** sobre as vendas da Renner no 2T10. No **1S11**, a **Receita Líquida das Vendas de Mercadorias** somou **R\$1.267,4 milhões**, apresentando um crescimento de **18,4%** sobre o 1S10. Os crescimentos foram favorecidos por um bom ambiente de vendas, com cenário macroeconômico positivo.

A **Margem Bruta da Operação de Varejo** foi de **53,9%**, em linha com os 53,9% apresentados pela Renner no 2T10. No **1S11**, a **Margem Bruta do Varejo** chegou a **53,5%** versus 53,6% no 1S10. A leve redução da Margem Bruta no semestre deve-se basicamente a consolidação da Camicado no ano de 2011.

Quanto às **Despesas Operacionais**, o **2T11** apresentou **Despesas com Vendas** de **R\$ 185,2 milhões**, representando **24,7%** da Receita Líquida das Vendas de Mercadorias versus 23,6% no mesmo período do ano anterior. Esta pressão deve-se a estrutura de custos fixos adotada pela Companhia, assim como pelas despesas pré-operacionais relativas a um elevado número de lojas que foram inauguradas e também à consolidação da Camicado, que adicionou maiores despesas com vendas no 2T11. As **Despesas Gerais e Administrativas**, por sua vez, foram de **R\$ 60,6 milhões**, representando **8,0%** da Receita Líquida e ficando em patamar similar do ano anterior, mesmo após a consolidação da Camicado. No período semestral, as **Despesas com Vendas** totalizaram **R\$ 352,2 milhões** ou **27,8%** ante 26,7% da Receita Líquida no 1S10 e as **Despesas Gerais e Administrativas** foram de **R\$ 112,1 milhões**, representando **8,8%** da Receita Líquida no **1S11** versus 8,5% em 2010 devido às maiores despesas incorridas no 1T11 e que pressionaram a alavancagem operacional da Renner. Como consequência da integração da Camicado a partir de maio de 2011, o **LAJIDA (EBITDA) do Varejo**, totalizou **R\$ 147,6 milhões**, com **Margem LAJIDA (EBITDA)** de **19,7%** no **2T11** versus 20,3% no 2T10. No período de seis meses, o **LAJIDA (EBITDA) da Operação de Varejo** totalizou **R\$194,2 milhões**, com **Margem** de **15,3%** no **1S11** ante 16,3% no 1S10. No período semestral, o resultado foi também impactado pelas maiores despesas incorridas no 1T11 relacionadas ao plano de expansão da Renner.

Comentário do Desempenho

RESULTADO DE SERVIÇOS FINANCEIROS

ABERTURA DO RESULTADO DE SERVIÇOS FINANCEIROS (R\$ MM)	2T11	2T10	Variação%	1S11	1S10	Variação%
Receitas, Líquidas do Funding e Impostos	81,2	65,2	24,6%	156,1	124,6	25,3%
Vendas em 0+5 Parcelas sem Encargos (Recuperação de Créditos em Atraso)	22,0	18,9	16,6%	37,2	33,0	12,7%
Vendas Financiadas em 0+8 Parcelas com Encargos (Encargos + Recuperação de Créditos em Atraso)	37,7	27,7	36,1%	75,7	53,3	42,2%
Empréstimos Pessoais e Outros Serviços Financeiros	21,5	18,6	15,7%	43,2	38,3	12,6%
Perdas em Créditos, Líquidas das Recuperações	(28,9)	(28,6)	1,2%	(47,7)	(52,1)	-8,5%
Vendas em 0+5 Parcelas sem Encargos	(7,5)	(9,0)	-16,1%	(11,2)	(14,1)	-20,5%
Vendas Financiadas em 0+8 Parcelas com Encargos	(14,3)	(14,0)	2,2%	(23,7)	(27,8)	-14,6%
Empréstimos Pessoais	(7,1)	(5,6)	26,9%	(12,8)	(10,2)	24,8%
Despesas Operacionais (Cartão Renner e Serviços Financeiros)	(20,2)	(11,9)	69,9%	(37,8)	(21,4)	76,3%
Resultado de Serviços Financeiros	32,1	24,7	30,0%	70,6	51,1	38,3%
% Sobre o EBITDA total da Companhia	17,9%	16,2%	-	26,7%	22,7%	-

O **Resultado de Serviços Financeiros** apresentou crescimento de **30,0%** no **2T11** e atingiu **R\$ 32,1 milhões**, ante R\$ 24,7 milhões no 2T10. A melhora apresentada se baseia nos bons resultados alcançados ao longo do período, principalmente no produto de 0+8 parcelas com encargos, no menor custo das operações com juros e de atrasados, que representaram uma economia de R\$ 3,7 milhões em relação a 2010 devido ao FIDC, assim como nos menores níveis de inadimplência e volumes provisionados. Contínuas melhorias da performance de crédito e a maior assertividade dos modelos de propensão às ofertas de produtos em ações de CRM (*Customer Relationship Management*) vêm igualmente contribuindo para os resultados gerados. Para o período semestral, o **Resultado de Serviços Financeiros** foi de **R\$ 70,6 milhões**, com crescimento de **38,3%** sobre os R\$ 51,1 milhões alcançados no 1S10.

As **perdas no Cartão Renner**, no **2T11**, Líquidas das Recuperações, foram de **3,0%** da Receita Líquida das Vendas de Mercadorias, **0,6 pontos percentuais** menor que os 3,6% apresentados no 2T10 (ou 3,9% se considerada a carteira de crédito apenas versus 4,7% no 2T10). No **1S11**, as **perdas no Cartão** foram de **2,8%** ante 3,9% no 1S10 (ou 5,8% se considerada a carteira de crédito apenas contra 7,8% no ano anterior).

Em 30 de junho, o total de **Cartões Renner** emitidos somava **17,9 milhões** com uma participação de **55,2%** nas vendas de mercadorias. No **2T11**, as vendas em **0+5 parcelas** representaram **43,0%** das vendas totais e a condição de **0+8 parcelas com encargos** registraram **12,2%**. Para o semestre, o Cartão Renner representou **54,7%** das Vendas, sendo **42,5%** em **0+5 parcelas** e **12,2%** em **0+8 parcelas**.

O **ticket médio do Cartão Renner** no **2T11** foi de **R\$ 155,47** apresentando um crescimento de **12,6%** ante os R\$138,08 do 2T10. No **1S11**, o **ticket médio do Cartão Renner** foi de **R\$ 143,32** versus R\$ 128,31 no 1S10. O **ticket médio da Companhia**, por sua vez foi de **R\$ 112,31** no 2T11 e de **R\$ 103,74** no 1S11, com crescimentos de **7,7%** e **8,4%**, respectivamente.

Para os produtos de crédito pessoal, a **carteira total de empréstimos** atingiu em junho de 2011, **R\$ 107,9 milhões** (R\$ 79,2 milhões se ajustados a valor presente), com crescimento de **11,1%** sobre junho de 2010. As **perdas, líquidas das recuperações**, no trimestre foram de **R\$ 7,1 milhões** versus R\$ 5,6 milhões no mesmo período do ano anterior e no semestre chegaram a **R\$ 12,8 milhões** ante R\$ 10,2 milhões no 1S10. O **ticket médio dos empréstimos** no 1S11 foi de **R\$ 592,00** e o **prazo médio** de **8,1 meses**.

LAJIDA (EBITDA) - VAREJO + SERVIÇOS FINANCEIROS

Diante dos fatos acima mencionados, o **LAJIDA (EBITDA) Total** foi de **R\$ 179,7 milhões** no **2T11**, sendo constituído por **R\$ 147,6 milhões** advindos da **Operação de Varejo** e **R\$ 32,1 milhões** de **Serviços Financeiros**. Assim, a **Margem LAJIDA (EBITDA)** do **2T11** foi de **24,0%** ante 24,2% no mesmo período do ano anterior. No **semestre**, o **LAJIDA (EBITDA) Total** chegou a **R\$ 264,8 milhões** e a **Margem LAJIDA (EBITDA)** atingiu **20,9%** versus 21,1% no 1S10. As reduções apresentadas referem-se a consolidação da Camicado, assim como as maiores despesas operacionais incorridas no 1T11 e relacionadas a expansão mais agressiva prevista para a Renner.

Comentário do Desempenho

RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO (R\$ MM)	2T11	2T10	1S11	1S10
Receitas Financeiras	4,7	8,7	14,0	16,6
Despesas Financeiras	(2,9)	(2,4)	(7,5)	(5,5)
Efeito Líq. do Ajuste a Valor Pres. dos Impostos de Longo Prazo	0,0	0,0	0,0	0,3
Variação Cambial Líquida	(0,4)	0,8	0,7	1,1
Resultado Financeiro, Líquido	1,4	7,1	7,2	12,5

O **Resultado Financeiro, Líquido** no **2T11** foi de **R\$ 1,4 milhão**. Este resultado foi formado por despesas financeiras advindas do serviço da **dívida** de **R\$ 50,7 milhões** e por algumas despesas bancárias, assim como por receitas financeiras advindas dos rendimentos de aplicações do **Caixa e Equivalentes de Caixa** que, em junho de 2011, somava **R\$ 242,2 milhões**. O montante era **52,0%** menor que os **R\$ 505,0 milhões** apresentados em março de 2011 e esta redução deve-se basicamente aos pagamentos de dividendos e de parte da aquisição da Camicado Houseware, à alocação de recursos do FIDC para o fundo e à liquidação de operações antigas de financiamento de 0+8 e atrasados, que foram baixadas ao longo do trimestre.

LUCRO LÍQUIDO

Conforme itens acima descritos, o **Lucro Líquido** da Companhia no **2T11** foi de **R\$ 113,5 milhões, 24,8%** acima do 2T10, com **Margem Líquida** de **15,1%** ante 14,4% no 2T10. No período semestral, o **Lucro Líquido** teve expansão de **26,0%**, passando de R\$ 127,9 milhões no 1S10 para **R\$ 161,1 milhões**, com **Margem Líquida** de **12,7%** no 1S11, versus 11,9% no 1S10.

INVESTIMENTOS (CAPEX)

SUMÁRIO DOS INVESTIMENTOS (R\$ MM)	2T11	2T10	1S11	1S10
Novas Lojas	42,0	15,4	59,8	23,1
Remodelação de Instalações	7,3	1,1	10,2	1,7
Sistemas e Equipamentos de Tecnologia	4,1	3,6	5,2	5,7
Outros	10,9	0,5	13,1	5,9
Total	64,3	20,6	88,3	36,4

No **2T11**, os **Investimentos** em ativos fixos totalizaram **R\$ 64,3 milhões** ante R\$ 20,6 milhões no 2T10. Desse montante, R\$ 42,0 milhões foram aplicados na abertura de lojas que entraram em operação ao longo do trimestre. No **período acumulado**, foram abertas 10 novas lojas da Renner. A Camicado por sua vez, inaugurou no 2T11 uma nova loja no Estado de São Paulo, no Shopping Tamboré.

Em **junho de 2011**, a Renner contava com **144 unidades**, totalizando metragem de vendas de **288,8 mil m²** e a Camicado por sua vez tinha **28 lojas**, com área total de **14,3 mil m²**.

As despesas com **Depreciações e Amortizações** totalizaram **R\$ 22,6 milhões** no 2T11 e **R\$ 44,1 milhões** no 1S11.

DIVIDENDOS

No **2T11**, a Lojas Renner creditou aos seus Acionistas dividendos na forma de **Juros Sobre Capital Próprio** no montante de **R\$ 18,9 milhões** ou **R\$ 0,1544 por ação**. No **período semestral**, os créditos de JSCP já somam **R\$ 37,4 milhões**.

Comentário do Desempenho

EVENTOS SUBSEQUENTES - EMISSÃO DE DEBÊNTURES

A Lojas Renner S.A. anunciou, em 05 de agosto de 2011, o encerramento da oferta pública de distribuição de 30.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, da 4ª emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). As debêntures da primeira série, no montante de R\$ 215,1 milhões, fazem jus a uma remuneração de CDI + 1,10% a.a., e possuem prazo de vencimento de 5 anos. As debêntures da segunda série, no montante de R\$ 84,9 milhões, fazem jus a uma remuneração de IPCA + 7,80% a.a., e possuem prazo de vencimento de 6 anos.

A Companhia foi a primeira emissora de debêntures a utilizar-se das prerrogativas de procedimento de registro automático na CVM para Emissoras com Grande Exposição ao Mercado (EGEM). A Standard & Poor's atribuiu rating "brAA+" à oferta.

INFORMAÇÕES RESUMIDAS DA LOJAS RENNER

RESUMO DOS RESULTADOS (R\$ MM)	2T11	2T10	Variação %	1S11	1S10	Variação %
Receita Líquida das Vendas de Mercadorias	727,9	630,0	15,5%	1.245,6	1.070,2	16,4%
Margem Bruta da Operação de Varejo (%)	54,2%	53,9%	+0,3 p.p.	53,7%	53,6%	+0,1 p.p.
Margem LAJIDA (EBITDA) da Oper. de Varejo (%)	20,4%	20,3%	+0,1 p.p.	15,7%	16,3%	-0,6 p.p.
Resultado dos Serviços Financeiros	32,1	24,7	30,0%	70,6	51,1	38,3%
LAJIDA (EBITDA) Total	180,9	152,5	18,6%	266,1	225,6	17,9%
Margem LAJIDA (EBITDA) Total (%) (sobre a RL das Vendas de Mercadorias)	24,9%	24,2%	+0,7 p.p.	21,4%	21,1%	+0,3 p.p.

DADOS OPERACIONAIS	2T11	2T10	Variação %	1S11	1S10	Variação %
Variação das Vendas em Mesmas Lojas ¹ <i>Crescimento nominal sobre o ano anterior</i>	9,8%	7,4%	+ 2,4 p.p.	10,4%	10,5%	-0,1 p.p.
Número Total de Lojas <i>Final de Junho</i>	144	125	15,2%	144	125	15,2%
Área de Vendas (em mil m ²) <i>Final de Junho</i>	288,8	259,4	11,3%	288,8	259,4	11,3%
Receita Líquida por m ² (R\$ por m ²) <i>Receita Líquida pela área média de vendas</i>	2.564	2.455	4,4%	4.458	4.221	5,6%
Número de Colaboradores <i>Final de Junho</i>	12.617	11.671	8,1%	12.617	11.671	8,1%
Ticket Médio do Cartão Renner (R\$)	155,47	138,08	12,6%	143,32	128,31	11,7%
Ticket Médio da Companhia (R\$)	112,31	104,26	7,7%	103,74	95,68	8,4%
Número de Cartões no final do período (MM)	17,9	16,0	11,9%	17,9	16,0	11,9%
Participação em Vendas do Cartão Renner	55,2%	57,8%	-2,6 p.p.	54,7%	57,0%	-2,3 p.p.
Participação em Vendas (5 vezes)	43,0%	44,4%	-1,4 p.p.	42,5%	44,0%	-1,5 p.p.
Participação em Vendas (8 vezes)	12,2%	13,4%	-1,2 p.p.	12,2%	13,0%	-0,8 p.p.
ROIC (%)	10,3%	9,8%	+0,5 p.p.	14,9%	14,2%	+0,7 p.p.

¹ As lojas são incluídas nas vendas de lojas comparáveis a partir do 13º mês de operação. As variações em vendas de lojas comparáveis entre os dois períodos são baseadas nas vendas líquidas das lojas que estavam em operação durante ambos os períodos que estão sendo comparados e, se uma loja estiver incluída no cálculo de vendas de lojas comparáveis por apenas uma parte de um dos dois períodos comparados, então essa loja será incluída no cálculo da parcela correspondente do outro período. Quando metros quadrados são acrescentados ou reduzidos a uma loja que é incluída nas vendas de lojas comparáveis, a loja permanece nas vendas de lojas comparáveis. Quando a operação de uma loja é descontinuada, as vendas dessa loja são excluídas do cálculo das vendas de lojas comparáveis para os períodos comparados.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Lojas Renner S.A. (a "Controladora") tem como atividade principal o comércio no varejo de artigos de vestuários, de artigos de esportes e de outros próprios de lojas de departamentos no mercado nacional. Complementam as atividades da Controladora e de suas controladas (em conjunto a "Companhia" ou Consolidado), o comércio varejista de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho, móveis e artigos para decoração, a importação de mercadorias, participação em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital, como sócia quotista ou acionista, bem como a administração de bens próprios e a realização de empreendimentos diversos, isoladamente ou em conjunto com outras sociedades, a intermediação de serviços financeiros, tais como intermediação de empréstimos pessoais, financiamento de compras, seguros e títulos de capitalização, cartão bandeira, entre outras.

A Controladora é uma sociedade anônima com matriz em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA": LREN3).

1.1 Aquisição da Camicado - Maxmix Comercial Ltda.

Conforme divulgado em fato relevante de 4 de abril de 2011, a Companhia, por intermédio de sua subsidiária Renner Empreendimentos Ltda., concluiu em 12 de maio de 2011 a compra de 100% do capital da Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado"), detentora da marca Camicado, empresa de varejo de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho e decoração, com 28 lojas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. O valor total do negócio totalizou R\$ 165.000, do qual foram descontados os ajustes de preço, oriundos do endividamento líquido da Camicado levantado na data de 4 de maio de 2011. Adicionalmente foi negociada a retenção de R\$ 15.000 para fazer frente a eventuais perdas que a Camicado venha a incorrer e que serão objeto de indenização à Companhia pelos ex-controladores da Camicado.

O saldo retido será corrigido desde a data de fechamento até a data de seu respectivo pagamento pela variação positiva do IGPM/FGV, limitado, no entanto, à variação do CDI no mesmo período, durante o período de 5 anos. Os pagamentos do valor retido serão realizados mediante a realização dos respectivos processos.

Na data de fechamento do negócio a Companhia realizou o pagamento de R\$ 99.810, correspondente à parcela de R\$ 112.500, abatida do endividamento líquido da Camicado no montante de R\$ 12.690 declarado naquela data. O saldo remanescente de R\$ 37.500 (líquido da parcela de R\$ 15.000 retida para pagamento futuro), será pago em três parcelas mensais, iguais e sucessivas de R\$ 12.500, corrigidas desde a data de fechamento até a data de seu respectivo pagamento pela variação positiva do IGPM/FGV, limitado, no entanto, à variação do CDI no mesmo período. Deste saldo remanescente a primeira parcela, no montante de R\$ 12.500, já foi paga no dia 10 de junho de 2011.

Em 30 de junho de 2011 e até a data de divulgação destas demonstrações financeiras interinas, não foram concluídos os laudos de avaliação de valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição da Camicado, para alocação do pagamento e apuração final do ágio. A administração estima que essas avaliações serão concluídas até 31 de dezembro de 2011. Entretanto, a avaliação inicial da administração da Companhia indica que haverá diferenças entre o valor justo e o valor contábil apresentados no balanço patrimonial da Camicado, na data de aquisição, principalmente nos grupos de imobilizado e intangíveis.

Segue resumo da apuração de ágio nessa operação, considerando o balanço patrimonial da Camicado, antes dos ajustes de valor justo, com data-base de 30 de abril de 2011:

Ativo imobilizado	3.025
Ativo intangível	3.675
Outros ativos e passivos, líquido	(14.704)
Passivos líquidos de ativos	(8.004)
% de participação comprada	100%
Ativos líquidos de passivos, adquiridos	(8.004)
Contraprestação considerada	151.880
Ágio apurado na operação	159.884

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras incluem:

Notas Explicativas

- Demonstrações financeiras interinas individuais da Controladora elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), conforme descrito na nota explicativa nº 2.1.
- Demonstrações financeiras interinas consolidadas da Companhia elaboradas e apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), conforme descrito na nota explicativa nº 2.2.

A preparação das demonstrações financeiras interinas, tanto em IFRS quanto em BRGAAP, requer o uso, pela administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

A Administração avalia como práticas contábeis críticas aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e que, também, requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tem impacto sobre questões que são inerentemente incertas. Esses julgamentos tornam-se mais subjetivos e complexos à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas. Na preparação das demonstrações financeiras interinas consolidadas, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso normal da operação, a demonstração de sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamento quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil de seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas referem-se às provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 3.12), provisão para perdas em crédito (nota explicativa nº 3.7), determinação da taxa de desconto aplicada nos ajustes a valor presente (nota explicativa nº 3.8), determinação do valor justo da remuneração baseada em ações (nota explicativa nº 3.15), provisão para perdas em estoque (nota explicativa nº 3.9), estimativa de realização do imposto de renda diferido ativo (nota explicativa nº 3.14), e determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível (nota explicativa nº 3.10).

Essas demonstrações financeiras interinas foram aprovadas pela administração da Companhia em 5 de agosto de 2011.

2.1 Demonstrações financeiras interinas individuais da Controladora – BRGAAP

As demonstrações financeiras interinas individuais da Controladora para o trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2011 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 que trata de relatórios contábeis interinos.

As demonstrações financeiras interinas individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), normas, orientações e interpretações expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras interinas consolidadas.

Nas demonstrações financeiras interinas individuais o valor dos investimentos nas controladas é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras interinas individuais quanto nas demonstrações financeiras interinas consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras interinas individuais estabelecem a adoção do método de equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, enquanto que o IFRS não prevê demonstrações financeiras individuais, entretanto, nas demonstrações financeiras separadas, previstas pelo IFRS, a avaliação dos investimentos em controladas deve ser mensurada ao custo ou valor justo.

2.2 Demonstrações financeiras interinas Consolidadas – CPC e IFRS

As demonstrações financeiras interinas consolidadas para o trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2011 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 e IAS 34 que tratam de relatórios contábeis interinos.

As demonstrações financeiras interinas consolidadas foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC, normas, orientações e interpretações expedidas pela CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações e também de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Notas Explicativas

3 Resumo das principais políticas contábeis

As práticas contábeis a seguir apresentadas são igualmente aplicáveis para as demonstrações financeiras da controladora (BRGAAP) e do consolidado (IFRS e BRGAAP).

3.1 Apresentação segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia. O principal tomador de decisões, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das principais decisões estratégicas da Companhia.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Controladora e cada uma de suas subsidiárias atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Controladora e de todas as suas controladas, e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

3.3 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre as subsidiárias consolidadas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

Venda de mercadorias - varejo

A Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de suas mercadorias. A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas a vista, em dinheiro ou cartão de crédito, ou por financiamentos concedidos, descritos nas "vendas de serviços financeiros".

Vendas de serviços financeiros

A Companhia realiza operações de crediário próprio, empréstimos pessoais e financiamento de vendas por instituições financeiras, dos quais a Companhia é intermediadora. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, as aplicações financeiras de liquidez imediata e o saldo de rendimentos de aplicações no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC Lojas Renner (quota subordinadas controladora), registrados ao valor de mercado. No consolidado, também está incluído o saldo das aplicações financeiras do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC Lojas Renner, o qual tem uso restrito para aquisições de recebíveis originados nas operações da controladora.

Notas Explicativas

3.5 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge (nota explicativa nº 3.17). Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" (nota explicativa 3.6).

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (nota explicativa nº 3.6).

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. O teste para verificação de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na nota explicativa nº 3.7.

Compensação de instrumentos financeiros

Quando há um direito legalmente aplicável de compensar ativos e passivos financeiros, estes são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial se houver uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias, bem como pelos valores de empréstimo pessoal cedidos aos seus clientes por instituições financeiras, dos quais a Companhia é intermediadora. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, pelo transcorrer do prazo, ajustados pela taxa de juros efetiva (nota explicativa nº 3.8), menos a provisão para redução ao valor de recuperação (*impairment*) (nota explicativa nº 3.7).

A Controladora realiza operações de securitização do contas a receber por intermédio do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Lojas Renner ("FIDC Lojas Renner"), conforme nota explicativa nº 7.

3.7 Provisão para perdas ao valor de recuperação do contas a receber de clientes

A provisão para perdas é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos. Em relação aos empréstimos pessoais, as provisões para perdas em créditos são constituídas com base na classificação de risco das operações, similar aos critérios de classificação das operações de crédito definidos pelo Banco Central do Brasil, seguindo a mesma política adotada pelas instituições financeiras.

Notas Explicativas

3.8 Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo pré-fixadas foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia, mais risco de crédito, no caso de clientes. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das vendas a prazo foi de 4,5% a.m. e reflete, na avaliação da administração, os riscos específicos da sua carteira de recebíveis. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das compras a prazo foi de 1,1% a.m. Os impostos a recolher de longo prazo, sob os quais não há incidência de encargos financeiros, também foram ajustados a valor presente utilizando a taxa estimada do custo de capital da Companhia. Os tributos diferidos não são trazidos ao seu valor presente.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e estoques e sua reversão tem como contrapartida a conta de custo das vendas, pela fruição de prazo no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores nele registrados. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes (nota explicativa nº 6) e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo.

3.9 Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de mercadorias importadas.

3.10 Imobilizado e intangível

São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação de lojas, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens descritos na nota explicativa nº 11. A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas conforme descrito na nota explicativa nº 3.11. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

3.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

3.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

3.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva e variações monetárias e cambiais e amortizações conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

3.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, decorrentes de diferenças temporárias, foram constituídos considerando a expectativa de provável geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico, aprovado

Notas Explicativas

pela administração.

3.15 Benefícios a administradores, executivos e colaboradores

A Companhia concede a seus administradores, executivos e colaboradores, diversos benefícios usuais de mercado. Afim de melhor alinhar os interesses dos administradores, executivos e da equipe de colaboradores, a Companhia concede também os seguintes benefícios:

Remuneração com base em ações

A Companhia opera com planos de remuneração com base em ações a administradores e executivos selecionados, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos mesmos como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com base no modelo de *Black&Scholes*. Este modelo utiliza premissas como o valor de mercado da ação na data da outorga, o preço de exercício da opção, a volatilidade do preço das ações da Companhia, a taxa de juros livre de risco e o prazo de vigência do contrato "vesting period". A despesa é registrada em uma base "pro rata temporis", durante o período de prestação de serviços, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Participação nos lucros e resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa cujas premissas principais para o reconhecimento e o pagamento estão relacionadas ao atingimento de metas de vendas, margem bruta, resultado operacional, captação de cartões, entre outras.

3.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto da Companhia e a legislação societária prevêm que no mínimo 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício social, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto". Quando deliberados pela administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3.17 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são mensurados ao seu valor justo na data em que os contratos são celebrados e subsequentemente na data de apresentação das demonstrações financeiras.

A Companhia se utiliza de derivativos com o objetivo de proteção da exposição cambial gerada por pedidos de importações. Tais operações são limitadas ao valor efetivo dos pedidos de importação ainda não pagos e constituem-se em operações de compra de opções "call" de dólar futuro. A Companhia classifica essas operações como "Hedge" de fluxo de caixa, considerando as seguintes premissas (i) os derivativos são altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; (ii) há identificação documental da operação, do risco objeto de hedge, do processo de gerenciamento de risco e da metodologia utilizada na avaliação da efetividade; (iii) são considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido como "Ajustes de avaliação patrimonial" até a liquidação dos referidos instrumentos, realizada quando da eliminação do risco para o qual o derivativo foi contratado. Não foram identificadas operações não efetivas para "hedge de fluxo de caixa" em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são alocados na mensuração inicial do custo do estoque e levados ao custo das vendas à medida que estes ativos são realizados.

3.18 Operações com arrendamento mercantil

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

A Companhia possui alguns contratos de arrendamento de software classificados como financeiro. Esses são capitalizados no

Notas Explicativas

início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, sendo amortizado conforme vida útil do bem. As obrigações assumidas nesse arrendamento são reconhecidas como passivo, acrescido de encargos financeiros considerando a taxa efetiva de juros.

3.19 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (nota nº 3.8).

3.20 Políticas contábeis aplicáveis somente às demonstrações financeiras consolidadas – IFRS e BRGAAP

Controladas e princípios de consolidação

Controladas são todas as entidades controladas direta e indiretamente pela Companhia. Considera-se existir controle quando a Lojas Renner detém, direta e indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou poder de determinar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, a fim de obter benefícios de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

As operações entre as controladas da Companhia, incluindo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, quando aplicáveis, foram eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

As operações da Dromegon Participações Ltda. ("Dromegon") limitam-se ao aluguel de imóvel de sua propriedade à Companhia (nota explicativa nº 22).

A Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. ("RACC") realiza operações de intermediação de concessão de empréstimos pessoais, emissão e administração do "Meu cartão" (pelas bandeiras Visa e Mastercard) e intermediação de venda de títulos de capitalização (nota explicativa nº 22).

A Renner Empreendimentos Ltda. ("REMP") adquire participação em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente (nota explicativa nº 22) e é detentora de 100% das quotas da Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado")

A Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado") opera no comércio varejista não especializado de diversas linhas de mercadorias organizadas em departamentos, tais como: utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho, móveis e artigos para decoração, roupas, eletrodomésticos, ferragens, cosméticos e perfumaria, artigos de esporte, equipamentos eletro-eletrônicos e de telefonia, brinquedos, artigos de armários, papelaria e festas, dentre outros: o comércio varejista não especializado via Internet, telefone, catálogo e semelhante e a representação comercial por conta de terceiros de mercadorias e serviços em geral, tais como: assinaturas de revistas e periódicos, garantias estendidas de mercadorias, artigos e serviços para o lar.

Em 30 de junho de 2011 as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as seguintes empresas controladas:

	% de participação direta e indireta no capital total
Dromegon	100,0%
RACC	100,0%
Renner Empreendimentos	100,0%
Maxmix Comercial Ltda.	100,0%

Conforme estabelecido pela instrução CVM nº 408/04, a Companhia consolida as demonstrações financeiras do FIDC Lojas Renner, uma vez que este representa uma entidade de propósito específico, onde as atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais da Companhia, a qual está exposta à maioria dos riscos e benefícios relacionados ao fundo, através da titularidade de todas as quotas subordinadas.

No processo de consolidação do FIDC Lojas Renner foram feitas eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e o Fundo.

Notas Explicativas

3.21 Políticas contábeis aplicáveis somente às demonstrações financeiras individuais da Controladora – BRGAAP

Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As operações entre as controladas e a Controladora, incluindo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, quando aplicáveis, foram eliminadas. As práticas contábeis adotadas pelas sociedades controladas são uniformes às adotadas pela Companhia.

3.22 Formato de apresentação das demonstrações de resultado

Nas demonstrações do resultado incluídas nas demonstrações financeiras anuais, a Companhia apresenta o lucro operacional antes da equivalência patrimonial, depreciações e amortizações, despesas com plano de opções em ações, resultado financeiro e resultado com baixa de ativos fixos. Esse formato de apresentação representa o conceito de LAJIDA (EBITDA) e tem como objetivo principal atender as necessidades dos acionistas e usuários dessas demonstrações financeiras.

Nas demonstrações do resultado incluídas nessas demonstrações financeiras interinas, a Companhia apresenta o resultado de acordo com formulário ITR da CVM. A apresentação do LAJIDA da Companhia nestas demonstrações interinas está sendo efetuada em conjunto com a nota explicativa n.º 30.

As despesas incluídas nas demonstrações de resultado destas demonstrações interinas estão apresentadas de acordo com sua função. A apresentação dessas despesas de acordo com sua natureza está divulgada na nota explicativa n.º 32.

4 Normas, alterações e interpretações de normas

(a) Interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor

Foram emitidas interpretações e alterações das normas existentes e serão obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2012, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Na avaliação da administração não são relevantes para as operações atuais da Companhia, exceto pelas normas listadas a seguir, cujos impactos estão sendo avaliados:

Tópico	Exigências-chave	Data da entrada em vigor
IFRS 9 "Instrumentos Financeiros"	O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída no IAS 39 sobre <i>impairment</i> dos ativos financeiros e contabilização de <i>hedge</i> continua a ser aplicada. Períodos anteriores não precisam ser reapresentados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciar antes de 1º de janeiro de 2012.	1º de janeiro de 2013
IAS 17 Arrendamento mercantil"	Desenvolver uma única abordagem para o reconhecimento no balanço patrimonial todos os arrendamento mercantis	1º de janeiro de 2013

Notas Explicativas

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Moeda nacional:				
Caixa e bancos	22.571	36.524	24.427	37.283
CDB (a)	72.521	179.165	75.525	179.165
Operações compromissadas lastreadas em debêntures (b)	53.850	232.095	58.903	232.095
Fundo de renda fixa - FIDC (c)	-	-	-	207.024
Aplicações financeiras LFTN – FIDC (d)	-	-	69.266	28.094
Aplicações financeiras LFT Over – FIDC (e)	-	-	14.028	-
Aplicações FIDC curto prazo (f)	12.851	9.754	-	-
Fundo de investimento – BACEN Jude (g)	25	-	25	-
CDB (h)	-	-	38	-
Total	161.818	457.538	242.212	683.661

As disponibilidades da Companhia só podem ser aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, ou seja, aquelas com nota de *rating* classificadas como Grau de Investimento. Em 30 de junho de 2011 a Companhia mantinha suas aplicações com as seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil S/A, Banco Bradesco S/A, HSBC Bank Brasil S/A e Banco Itaú BBA S/A.

As aplicações de liquidez imediata da Companhia, em sua maioria, possuem rendimentos atrelados à variação do CDI, com baixo risco de mudança de valor e podem ser resgatadas de acordo com as necessidades de recursos da Companhia. Essas aplicações financeiras referem-se a: (a) Certificados de Depósitos Bancários (CDB), cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 100,5% (100,7% em 31/12/2010); (b) operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de um título com o compromisso por parte do vendedor (banco) de recomprá-lo, e do comprador de revendê-lo no futuro, cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 86,5% na Controladora – BRGAAP e 85,5% no Consolidado – IFRS e BRGAAP (101,0% em 31/12/2010); (c) Fundo de renda fixa do FIDC disponível a qualquer momento para aquisições de recebíveis originados nas operações da controladora e apresenta um rendimento equivalente a 96% do CDI; (d) aplicações financeiras do FIDC Lojas Renner, lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro Nacional as quais estão disponíveis a qualquer momento para aquisições de recebíveis originados nas operações da controladora, e apresenta um rendimento equivalente à precificação e rentabilidade feita a partir da curva do papel, com base na Selic diária; (e) aplicações financeiras do FIDC Lojas Renner, lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro Over as quais estão disponíveis a qualquer momento para aquisições de recebíveis originados nas operações da controladora, e apresenta um rendimento equivalente à precificação e rentabilidade feita a partir da curva do papel, com base na Selic diária; (f) saldo das aplicações da Controladora no FIDC Lojas Renner resgatáveis a qualquer momento, conforme regulamento do fundo (Nota explicativa nº 7); (g) fundo de investimento criado para as retenções judiciais feitas pelo BACEN, quando necessárias, apresentaram rendimento anual médio de 62,35% do CDI sendo lastreadas 100% em Letras Financeiras do Tesouro, líquido da taxa de administração; e (h) Certificados de Depósitos Bancários (CDB), cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 20%.

Notas Explicativas

6 Contas a receber de clientes

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Moeda nacional:		
Contas a receber de clientes (valores nominais)		
A vencer		
A vencer de 1 a 30 dias	162.923	137.453
A vencer de 31 a 60 dias	143.506	157.989
A vencer de 61 a 90 dias	107.333	125.624
A vencer de 91 a 120 dias	71.485	93.882
A vencer de 121 a 150 dias	43.014	72.671
A vencer de 151 a 180 dias	18.763	41.039
A vencer acima de 180 dias	17.807	40.186
Vencidos		
Vencidos de 1 a 30 dias	57.344	33.432
Vencidos de 31 a 60 dias	16.874	8.569
Vencidos de 61 a 90 dias	14.983	8.899
Vencidos de 91 a 180 dias	34.943	26.542
	<u>688.975</u>	<u>746.286</u>

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Administradoras de cartões de crédito		
A vencer de 1 a 30 dias	71.976	76.459
A vencer de 31 a 60 dias	40.147	43.633
A vencer acima de 60 dias	20.293	22.512
	<u>132.416</u>	<u>142.604</u>

Outras contas a receber	1.194	611
Comissões e operações a receber – Empréstimo pessoal	30.573	25.465
Menos:		
Ajuste a valor presente	(43.255)	(55.647)
Provisão para perdas em crédito – Varejo	(45.721)	(42.200)
Provisão para perdas em crédito – Empréstimo Pessoal	(17.139)	(14.885)
Contas a receber – FIDC Lojas Renner	(434.337)	(277.090)
Rendas a apropriar – títulos cedidos – FIDC Lojas Renner	(30.973)	(19.660)

Total Controladora – BRGAAP	<u>281.733</u>	<u>505.484</u>
------------------------------------	-----------------------	-----------------------

Administradoras de cartões de crédito		
A vencer de 1 a 30 dias	4.809	-
A vencer de 31 a 60 dias	2.218	-
A vencer acima de 60 dias	2.675	-
Comissões e operações a receber – Empréstimo pessoal	85.751	79.383
Outras contas a receber	13.435	1.536
Contas a receber – FIDC Lojas Renner	434.337	277.090
Total Consolidado – IFRS e BRGAAP	<u>824.958</u>	<u>863.493</u>

As contas a receber vencidas há mais de 180 dias são baixadas do saldo de contas a receber de clientes em contrapartida da provisão para perdas em crédito.

O contas a receber de clientes é ajustado ao seu valor presente pela taxa de juros efetiva na data da transação (nota explicativa nº 3.8), e reduzidas por provisão para redução ao valor de recuperação (nota explicativa nº 3.7).

A totalidade da carteira de créditos transferidos para FIDC Lojas Renner é mantida nos controles da Controladora e apresentados na avaliação da qualidade dos créditos apresentados na tabela acima, considerando a manutenção da gestão desses títulos por parte da Controladora (nota explicativa nº 7). No contexto do consolidado, os títulos mantidos na carteira do FIDC Lojas Renner são integralmente consolidados pela Companhia.

7 Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC Lojas Renner

Em dezembro de 2010, foram iniciadas as operações do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER ("FIDC Lojas Renner"), cujo objeto definido em regulamento é o Investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pela Instrução CVM nº 356/01, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios

Notas Explicativas

originados do parcelamento de compras dos clientes da Companhia, por intermédio de crediário sem encargos, de titularidade da Companhia, ou de concessão de financiamentos com encargos, de titularidade do Itaú Unibanco. O FIDC Lojas Renner tem vida operacional definida, e o encerramento ocorrerá em 5 de dezembro de 2013.

A estrutura de patrimônio do FIDC Lojas Renner, em 30 de junho de 2011, é subdividida em: 3,5 mil quotas "senior" de titularidade de terceiros, no montante de R\$ 352.985, representativas de 68,43% do patrimônio do FIDC Lojas Renner nessa data; e 1,5 mil quotas subordinadas de titularidade da Controladora, no montante de R\$ 162.851, representativas de 31,57% do patrimônio do FIDC Lojas Renner nessa data. O regulamento do FIDC Lojas Renner define que as quotas subordinadas devem representar no mínimo 30% do patrimônio líquido do fundo e não terão meta de remuneração definida.

A Controladora atua como agente de cobrança e agente de recebimento dos títulos, mantendo o gerenciamento contínuo da carteira após sua transferência para o FIDC Lojas Renner.

As operações de securitização de direitos creditórios realizadas pela Controladora para o FIDC (representados por vendas parceladas e financiamento de clientes inadimplentes) totalizam R\$ 434.337 em 30 de junho de 2011 (R\$ 277.090 em 31/12/2010), líquidos de provisão para perdas.

O saldo dos custos incorridos pela Controladora para a emissão do FIDC Lojas Renner totaliza R\$ 7.962 em 30 de junho de 2011 (R\$ 9.339 em 31 de dezembro de 2010), e será reconhecido no resultado (custo de serviços financeiros) ao longo do tempo de vigência do fundo, conforme a taxa interna de retorno (TIR) da captação do recurso. Nas demonstrações financeiras individuais, esse custo encontra-se apresentado no balanço patrimonial como despesas antecipadas e no consolidado apresentado como redutor dos financiamentos.

O balanço patrimonial do fundo está assim composto:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	83.300	235.130
Contas a receber	434.337	277.090
Total do Ativo	517.637	512.220
Passivo		
Contas a pagar	1.801	103
Patrimônio Líquido	515.836	512.117
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	517.637	512.220

Em 31 de junho de 2011, a remuneração das quotas seniores está assim composta:

<u>Quotistas</u>	<u>Quantidade em milhares</u>	<u>Taxa CDI</u>	<u>Saldo a resgatar</u>
Seniores A	1,5	110,43%	151.280
Seniores B	0,8	110,43%	80.682
Seniores C	0,8	110,43%	80.682
Seniores D	0,4	110,43%	40.341
Total	3,5		352.985

A remuneração é calculada com base na taxa CDI adicionada a 1,2%, conforme disposto no Regulamento do Fundo.

8 Estoques

	<u>Controladora - BRGAAP</u>		<u>Consolidado - IFRS e BRGAAP</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Mercadorias para revenda	312.012	272.203	332.193	272.203
Ajuste a valor presente	(8.528)	(6.988)	(8.528)	(6.988)
Provisão para perdas	(7.338)	(14.723)	(8.146)	(14.723)
Mercadorias para revenda, líquido	296.146	250.492	315.519	250.492
Importações em andamento	19.859	23.342	19.859	23.342
Adiantamento a fornecedores	-	524	127	524
Materiais auxiliares e almoxarifado	1.844	1.592	1.968	1.592
Total	317.849	275.950	337.473	275.950

Notas Explicativas

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos no ativo são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

A realização do valor contábil do ativo fiscal diferido é revisada anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão preliminar da Administração.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Controladora - BRGAAP		
	30/06/2011	31/12/2010
Base para impostos diferidos:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	62.860	57.085
Ajuste a valor presente – líquido	43.268	54.301
Provisão para perdas em ativos	8.586	15.947
Provisão para riscos tributários	48.510	44.915
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	19.027	31.753
Ajuste avaliação patrimonial - hedge	2.108	3.954
Outros	4.494	13.978
Total	188.853	221.933
Imposto de renda (25%) e contribuição social (9%)	64.210	75.457
Consolidado - IFRS e BRGAAP		
	30/06/2011	31/12/2010
Base para impostos diferidos:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	62.860	57.085
Ajuste a valor presente – líquido	43.268	54.301
Provisão para perdas em ativos	9.394	15.947
Provisão para riscos tributários	48.935	44.915
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	19.175	31.753
Ajuste avaliação patrimonial - hedge	2.108	3.954
Crédito fiscal sobre empresa adquirida (a)	9.903	-
Outros	4.494	13.978
Total	200.137	221.933
Imposto de renda (25%) e contribuição social (9%)	68.047	75.457

(a) crédito sobre bases negativas de prejuízos de períodos anteriores de empresa adquirida a partir de 4 de maio de 2011.

Baseada no histórico de realizações dos ativos e passivos que deram origem ao saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos estimamos o seguinte cronograma de realização:

Período	Controladora	Consolidado
2011	24.929	26.775
2012	9.820	10.318
2013	9.820	10.318
2014	9.820	10.318
2015	9.821	10.318
Total	64.210	68.047

Notas Explicativas

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora – BRGAAP				Consolidado – IFRS e BRGAAP			
	2T11	6M11	2T10	6M10	2T11	6M11	2T10	6M10
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após participações estatutárias	155.136	218.729	135.855	190.657	152.872	217.701	136.621	192.184
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(52.746)	(74.368)	(46.191)	(64.823)	(51.976)	(74.018)	(46.451)	(65.343)
Adições:								
Despesa com remunerações baseadas em ações	(1.790)	(3.495)	(1.573)	(2.875)	(1.790)	(3.495)	(1.573)	(2.875)
Outras despesas não dedutíveis	(431)	(884)	34	(31)	(480)	(933)	34	(31)
Exclusões:								
Resultado de participações societárias	1.699	2.659	1.896	3.783	-	-	-	-
Outras exclusões	485	970	-	-	485	970	-	-
Juros sobre capital próprio	6.433	12.714	-	-	6.433	12.714	-	-
Incentivo Fiscal Lei do Bem	3.879	3.879	-	-	3.879	3.879	-	-
Prejuízo fiscal empresa controlada – ref períodos anteriores	-	-	-	-	3.008	3.008	-	-
Diferenças de alíquotas de controladas	-	-	-	-	228	373	1.390	2.776
Incentivos fiscais (PAT)	873	914	931	1.138	873	914	931	1.138
Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	6	12	6	12	12	18	6	12
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(41.592)	(57.598)	(44.897)	(62.796)	(39.328)	(56.570)	(45.663)	(64.323)
Corrente	(44.848)	(46.351)	(52.093)	(63.606)	(46.421)	(49.160)	(52.859)	(65.133)
Diferido	3.256	(11.247)	7.196	810	7.093	(7.410)	7.196	810

10 Investimentos

Os investimentos na Controladora – BRGAAP estão assim compostos:

	Controladora – BRGAAP					
	30/06/2011					
	Quantidade de quotas (milhares)	Participação %	Patrimônio Líquido	Total do investimento	Lucro Líquido 2T11	Resultado de equivalência 2T11
RACC	7	99,99%	16.376	16.373	2.540	2.540
Dromegon	7.205	99,99%	10.964	10.964	882	882
REMP	125.331	99,99%	126.906	126.906	1.575	1.575
Ágio alocado (a)				1.565	-	-
Outros Investimentos				63	-	-
				155.871	4.997	4.997

	Controladora – BRGAAP					
	31/12/2010			30/06/2010		
	Quantidade de quotas (milhares)	Participação %	Patrimônio Líquido	Total do Investimento	Lucro Líquido 2T10	Resultado de equivalência 2T10
RACC	7	99,99%	11.588	11.587	4.764	4.763
Dromegon	7.205	99,99%	9.505	9.504	815	814
Ágio alocado (a)				1.589		
Outros Investimentos				63		
				22.743	5.579	5.577

(a) O ágio sobre investimentos em 30 de junho de 2011, no montante de R\$ 1.565 (R\$ 1.589 em 31 de dezembro de 2010), classificado como investimentos na controladora – BRGAAP e como imobilizado no consolidado – IFRS e BRGAAP, refere-se à diferença entre o valor justo à época de aquisição da participação da Dromegon e o valor contábil de bem registrado no imobilizado desta controlada. Referido ágio está sendo amortizado na proporção em que o ativo de origem é realizado.

Notas Explicativas

As movimentações na conta de investimentos da Controladora – BRGAAP foram as seguintes:

	30/06/2011
Em 1o de janeiro de 2011	22.743
Renner Empreendimentos – aquisição da Camicado	125.331
Resultado de participação societária	7.821
Distribuição dividendos de subsidiárias	-
Amortização de ágio alocado aos ativos das adquiridas	(24)
Em 30 de junho de 2011	155.871

11 Imobilizado e intangível

Síntese da movimentação do ativo imobilizado da controladora (BRGAAP) e do consolidado (IFRS e BRGAAP):

a) Imobilizado

Controladora – BRGAAP

	Terrenos	Prédios	Móveis, equip., instalações, benfeitorias	Veículos	Computadores e Periféricos	Imobilizado em andamento	Total
Custo							
Saldo em 31/12/10	287	4.651	625.528	1.085	64.339	16.057	711.947
Adições	-	173	51.177	(9)	4.892	15.953	72.186
Transferências	-	(53)	22.650	-	492	(23.085)	4
Baixas	-	-	(404)	(85)	(687)	(60)	(1.236)
Saldo em 30/06/11	287	4.771	698.951	991	69.036	8.865	782.901
Depreciação							
Saldo em 31/12/10	-	(2.395)	(262.235)	(568)	(39.751)	-	(304.949)
Adições	-	(40)	(29.143)	(92)	(4.570)	-	(33.845)
Transferências	-	28	(32)	-	-	-	(4)
Baixas	-	-	211	68	660	-	939
Saldo em 30/06/11	-	(2.407)	(291.199)	(592)	(43.661)	-	(337.859)
Saldo líquido							
Saldo em 31/12/10	287	2.256	363.293	517	24.588	16.057	406.998
Saldo em 30/06/11	287	2.364	407.752	399	25.375	8.865	445.042

Notas Explicativas

Consolidado – IFRS

	Terrenos	Prédios	Móveis, equip., Instalações, benfeitorias	Veículos	Computadores e Periféricos	Imobilizado em andamento	Total
Custo							
Saldo em 31/12/10	287	14.882	625.528	1.085	64.339	16.057	722.178
Adições	-	173	53.940	118	5.223	16.316	75.770
Transferências	-	(53)	22.650	-	492	(23.085)	4
Baixas	-	-	(404)	(85)	(687)	(60)	(1.236)
Saldo em 30/06/11	287	15.002	701.714	1.118	69.367	9.228	796.716
Depreciação							
Saldo em 31/12/10	-	(7.021)	(262.235)	(568)	(39.751)	-	(309.575)
Adições	-	(128)	(29.239)	(100)	(4.613)	-	(34.080)
Transferências	-	28	(32)	-	-	-	(4)
Baixas	-	-	211	68	660	-	939
Saldo em 30/06/11	-	(7.121)	(291.295)	(600)	(43.704)	-	(342.720)
Saldo líquido							
Saldo em 31/12/10	287	7.861	363.293	517	24.588	16.057	412.603
Saldo em 30/06/11	287	7.881	410.419	518	25.663	9.228	453.996

A tabela abaixo apresenta as taxas médias de depreciação do imobilizado:

	Taxa media depreciação (a.a. %)
Terrenos	-
Prédios	3
Móveis, instalações e benfeitorias	10
Veículos	20
Computadores e periféricos	20

Notas Explicativas

b) Intangível

Controladora – BRGAAP

	Sistemas de Informática	Direito de utilização de imóveis	Marcas e Patentes	Total
Custo				
Saldo em 31/12/10	119.148	37.199	124	156.471
Adições	10.231	5.175	-	15.406
Transferências	-	-	-	-
Baixas	-	(135)	-	(135)
Saldo em 30/06/11	129.379	42.239	124	171.742
Amortização				
Saldo em 31/12/10	(61.914)	(27.546)	(34)	(89.494)
Adições	(9.075)	(781)	(10)	(9.866)
Transferências	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 30/06/11	(70.989)	(28.327)	(44)	(99.360)
Saldo líquido				
Saldo em 31/12/10	57.234	9.653	90	66.977
Saldo em 30/06/11	58.390	13.912	80	72.382

Consolidado – IFRS

	Sistemas de Informática	Direito de utilização de imóveis	Marcas e Patentes	Ágio aquisição Maxmix - Camicado	Total
Custo					
Saldo em 31/12/10	119.148	37.199	124	-	156.471
Adições	14.027	5.179	12	159.884	179.102
Transferências	-	-	-	-	-
Baixas	-	(135)	-	-	(135)
Saldo em 30/06/11	133.175	42.243	136	159.884	335.438
Amortização					
Saldo em 31/12/10	(61.914)	(27.546)	(34)	-	(89.494)
Adições	(9.219)	(785)	(10)	-	(10.014)
Transferências	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/11	(71.133)	(28.331)	(44)	-	(99.508)
Saldo líquido					
Saldo em 31/12/10	57.234	9.653	90	-	66.977
Saldo em 30/06/11	62.042	13.912	92	159.884	235.930

Notas Explicativas

A tabela abaixo apresenta as taxas médias de amortização do intangível:

	Taxa média amortização (a.a. %)
Sistemas de informática	20
Direito de utilização de imóveis	10
Marcas e patentes	10

12 Empréstimos e financiamentos

Passivo circulante

	Controladora - BRGAAP		Consolidado - IFRS e BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Empréstimos e financiamentos				
Moeda nacional:				
Financiamento Banco do Nordeste (a)	12.138	12.138	12.138	12.138
Encargos Financiamento Banco do Nordeste	113	142	113	142
Empréstimo - capital de giro (b)	-	-	8.069	-
CDC (c)	-	-	75	-
Total	12.251	12.280	20.395	12.280

Passivo não circulante

	Controladora - BRGAAP		Consolidado - IFRS e BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Empréstimos e financiamentos				
Moeda nacional:				
Financiamento Banco do Nordeste (a)	30.345	36.415	30.345	36.415
Total	30.345	36.415	30.345	36.415

(a) A Companhia firmou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste através do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) em 20 de dezembro de 2007 para financiar a expansão de seu parque de lojas naquela região, no montante de R\$ 64.816 a serem liberados em 4 parcelas, garantidos por carta fiança. Até 30 de junho de 2011, foram liberadas as três primeiras parcelas no valor total de R\$ 57.647, de cujo montante já foram efetuados pagamentos de principal a partir de 2010. Os encargos estão atualmente em 10% a.a. podendo ser alterados por decreto federal. Em caso de adimplência no pagamento dos encargos, a Companhia receberá bônus de 15% sobre o valor dos encargos em cada parcela. Os encargos são pagos trimestralmente durante a carência de 24 meses (dezembro de 2007 a dezembro de 2009). De janeiro de 2010 a dezembro de 2014 está ocorrendo a amortização mensal do principal, acrescido dos encargos. Abaixo, cronograma de pagamentos do principal e encargos do referido financiamento a partir de 30 de junho de 2011:

Ano de vencimento	Principal	Juros
2011	6.069	1.944
2012	12.138	3.002
2013	12.138	1.815
2014	12.138	637
Total	42.483	7.398

(b) A Companhia, através de sua subsidiária Maxmix Comercial Ltda., captou empréstimos de capital de giro junto aos bancos Itaú BBA e com o Banco do Brasil, com encargos médios pré fixados de 14,38% ao ano.

(c) A Companhia, através de sua subsidiária Maxmix Comercial Ltda., captou um financiamento de Cédula de Crédito Consumidor (CDC) junto ao Banco Bradesco S/A para a aquisição de bens, com encargo de 16,77% ao ano.

Notas Explicativas

13 Financiamentos – operações serviços financeiros

Em 30 de junho de 2011 a Companhia mantinha financiamentos de serviços financeiros com as seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil S/A, Banco Santander (Brasil) S/A e Banco Itaú BBA S/A.

Passivo circulante

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Financiamentos				
Moeda nacional:				
Financiamentos – Vendas Financiadas (a)	14.309	98.715	14.444	98.735
Financiamentos – Empréstimo pessoal (b)	-	-	82.110	76.644
Financiamento Clientes inadimplentes conta garantida (c)	-	69.624	2.449	69.709
Financiamento Clientes inadimplentes Vendor (d)	23.078	19.695	23.078	19.695
Quotas Seniors – FIDC Lojas Renner (e)		-	2.985	2.363
Total	37.387	188.034	125.066	267.146

(a) As operações de vendas financiadas referem-se aos montantes financiados aos clientes da Companhia por Instituições Financeiras em compras realizadas na condição de pagamento entre sete e oito prestações mensais, com encargos de 6,90% a.m. (6,90% a.m. em 31/12/2010), sobre as quais a Companhia possui coobrigação de pagamento.

(b) Os valores de "Financiamentos – Empréstimo pessoal" correspondem aos montantes dos contratos de empréstimo pessoal, concedidos aos clientes por banco conveniado e intermediados pela subsidiária RACC, dos quais a Companhia é garantidora.

(c) Os valores de "Financiamento Clientes inadimplentes conta garantida" estão sujeitos a encargos líquidos médios de 14,40% a.a. (12,60% a.a. em 31/12/2010), com prazo final de até 180 dias e são utilizados para o financiamento da carteira em atraso do "Meu cartão". A RACC, subsidiária da Lojas Renner, emite Nota Promissória em nome dos titulares do Cartão de Crédito Renner, na qual a Lojas Renner assume na condição de avalista e responsável pela liquidação dos débitos.

(d) A partir de dezembro de 2010, a Companhia passou a disponibilizar aos clientes, através do Convênio para Concessão de Financiamentos – Vendor Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes, com encargos de 14,7% a.m. (14,7% em 31/12/2010). A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes.

(e) Representa a atualização da subscrição das quotas sênior do FIDC Lojas Renner, cujo resgate se dá em até 90 dias.

As operações de financiamentos de recebíveis do passivo circulante possuem prazos de vencimento de curto prazo, em linha com os prazos de realização dos valores registrados no contas a receber.

Passivo não circulante

	Controladora – BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Financiamentos				
Moeda nacional:				
Quotas Sênior – FIDC Lojas Renner (a)			350.000	350.000
Saldo a amortizar custos de estruturação FIDC Lojas Renner (b)			(7.962)	(9.339)
Total	-	-	342.038	340.661

(a) Representa o saldo das quotas sênior emitidas pelo FIDC Lojas Renner (nota explicativa nº 7), objeto de distribuição pública nos termos da instrução CVM nº 400/03, com prioridade de amortização e resgate em relação às quotas subordinadas. Este montante será liquidado por ocasião do encerramento do FIDC Lojas Renner em dezembro de 2013.

(b) Refere-se ao saldo dos custos incorridos na estruturação do FIDC Lojas Renner, que serão reconhecidos no resultado (custo de serviços financeiros) ao longo do tempo de vigência do fundo, conforme taxa interna de retorno (TIR) da captação do recurso.

Abaixo, cronograma de pagamentos do principal e encargos dos recursos captados de quotistas senior do FIDC Lojas Renner:

Notas Explicativas

Ano de vencimento	Principal	Juros
2011	-	22.531
2012	-	43.675
2013	350.000	40.472
Total	350.000	106.678

14 Fornecedores

Os fornecedores estão assim compostos:

	Controladora – BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Moeda nacional:				
Fornecedores comerciais	215.490	245.178	238.000	245.178
Ajuste a valor presente	(1.801)	(2.317)	(1.801)	(2.317)
Fornecedores uso e consumo	49.995	74.217	53.281	75.424
Total	263.684	317.078	289.480	318.285

Em 30 de junho de 2011, o montante de pagamentos antecipados a fornecedores cujo vencimento original era posterior a 31 de junho de 2011 totalizava R\$ 119.682 (R\$ 169.320 em 31 de dezembro de 2010). Os descontos obtidos com estas antecipações são registrados como redução do custo das vendas, uma vez que estão diretamente relacionados com o contrato de fornecimento de mercadorias.

15 Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e contingências passivas e ativas

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis. Foram efetuados depósitos judiciais para dar continuidade à discussão sobre processos de natureza tributária, os quais totalizam, em 30 de junho de 2011, R\$ 30.111 na controladora – BRGAAP e R\$ 30.467 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R\$ 29.777 e R\$ 29.784 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente). Os saldos de depósitos ajuizados cujos processos possuem provisão para riscos tributários, no montante de R\$ 20.756 em 30 de junho de 2011 (R\$ 20.647 em 31 de dezembro de 2010), estão sendo apresentados deduzindo o valor do passivo correspondente. Os demais saldos de depósitos judiciais, no montante de R\$ 9.733 na controladora – BRGAAP e R\$ 10.089 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R\$ 9.508 e R\$ 9.515 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente), estão apresentados no ativo não circulante, sendo R\$ 9.355 na controladora – BRGAAP e R\$ 9.711 no consolidado – IFRS e BRGAAP (R\$ 9.130 e R\$ 9.137 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente) de natureza tributária e R\$ 378 (R\$ 378 em 31 de dezembro de 2010) de natureza cível.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, nas experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso, como segue:

Controladora - BRGAAP		Saldos em					Saldos em
		31/12/2010	Adições	Baixas	Reversões	Encargos	30/06/2011
Cíveis		11.943	663	-	-	-	12.606
Trabalhistas		5.638	783	-	-	-	6.421
Total passivo circulante – Controladora		17.581	1.446	-	-	-	19.027
Consolidado – IFRS e BRGAAP		Saldos em					Saldos em
		31/12/2010	Adições	Baixas	Reversões	Encargos	30/06/2011
Cíveis		11.943	699	-	-	-	12.642
Trabalhistas		5.638	895	-	-	-	6.533
Total passivo circulante – Consolidado		17.581	1.594	-	-	-	19.175
Controladora - BRGAAP		Saldos em					Saldos em
		31/12/2010	Adições	Baixas	Reversões	Encargos	30/06/2011
ICMS (a)		33.556	(1.606)	(90)	(652)	2.162	33.370
Imposto de renda e contribuição social (b)		3.616	-	-	-	165	3.781
Outros impostos e contribuições (c)		12.574	1.745	-	(7)	2.044	16.356
Cíveis (d)		14.173	397	(14.570)	-	-	-
(-) Depósitos judiciais relacionados		(20.647)	(109)	-	-	-	(20.756)
Total passivo não circulante		43.272	427	(14.660)	(659)	4.371	32.751

Notas Explicativas

Consolidado – IFRS e BRGAAP	Saldos em 31/12/2010	Adições	Baixas	Reversões	Encargos	Saldos em 30/06/2011
ICMS (a)	33.556	(1.606)	(90)	(652)	2.162	33.370
Imposto de renda e contribuição social (b)	3.616	-	-	-	165	3.781
Outros impostos e contribuições (c)	12.716	2.176	-	(7)	2.044	16.929
Cíveis (d)	14.173	397	(14.570)	-	-	-
(-) Depósitos judiciais relacionados	(20.647)	(109)	-	-	-	(20.756)
Total passivo não circulante	43.414	858	(14.660)	(659)	4.371	33.324

a) Referem-se, principalmente, ao questionamento da aplicação da Lei Complementar 102/2000 no que tange o crédito do ICMS no consumo de energia, telecomunicações e aquisições de ativo imobilizado. Também estão incluídos neste montante questionamento realizado por autoridade fiscal, por meio de auto de lançamento, de crédito de ICMS nas devoluções de mercadorias dos clientes, do adicional de ICMS para a formação de fundo de combate à pobreza, do crédito de ICMS de compras de fornecedores com inscrição estadual baixada, como também de crédito de ICMS de aquisições de imobilizado utilizados para reformas e outros itens classificados pelo fisco como não essenciais à atividade;

b) Referem-se a discussões relacionadas à glosa de ajustes no lucro tributável, decorrentes de correção monetária de balanço, compensações de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, diferenças apontadas pela autoridade fiscal por ter atribuído a Lojas Renner, tributada pelo lucro real, resultados gerados na controlada RACC tributada pelo lucro presumido, entre outros;

c) São diversos processos, abrangendo matérias como contribuições previdenciárias, fundo de garantia, aplicação de multa de ofício em pagamento espontâneo de débitos, obrigações acessórias, majoração nos encargos de seguro de acidente de trabalho, entre outros, cujas perdas estão estimadas por nossos consultores jurídicos, de acordo com os mesmos critérios utilizados para os demais itens, destacados nesta nota;

d) Estão reconhecidas nesta linha, provisões para processos de natureza cível, cuja probabilidade de desfecho é considerada de perda provável por nossos assessores jurídicos. Em 3 de março de 2011, foram pagos R\$ 14.712, quitando processo para cujo risco a Companhia mantinha provisão de perda.

Em 30 de junho de 2011, o montante estimado para processos judiciais e procedimentos administrativos representativos de contingências passivas relacionadas a questões tributárias cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível, era de R\$ 124.877 na controladora – BRGAAP e R\$ 124.884 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R\$ 111.201 e R\$ 111.208 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente). Do saldo da provisão para riscos tributários consignado nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2011, R\$ 31.178 na controladora – BRGAAP e R\$ 31.179 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R\$ 24.000 e R\$ 24.001 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente) referem-se à estimativa de perda para estes processos. Para os processos classificados como perda possível, a Companhia provisiona valores estimados de custas processuais sobre a contingência. Embora a Administração entenda que a probabilidade de desembolso com estes processos individualmente seja pequena, pode ser provável que no conjunto dos processos desta mesma natureza ocorra a necessidade de desembolso nos montantes registrados.

A Companhia discute judicialmente em processo movido pelo Banco Renner, a associação da marca "Renner" na exploração de serviços financeiros, exceto aqueles relacionados ao Cartão de Crédito "Renner", serviços de suporte a ele relacionados e seguro. O processo encontra-se em sede de recurso e é avaliado como de perda possível por nossos assessores jurídicos, sem contingência financeira determinada nos autos.

16 Outras obrigações

As outras obrigações do passivo circulante e não circulante estão assim compostas:

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Moeda nacional:				
Adiantamentos de Instituições Financeiras (a)	3.752	2.248	11.199	5.592
Obrigações com clientes (b)	11.725	12.914	13.809	12.916
Obrigações relacionadas às operações com seguros e títulos de capitalização (c)	7.111	6.980	7.382	7.345
Obrigações aos ex-controladores Maxmix (d)	-	-	24.761	-
Outras obrigações	6.398	12.410	6.399	12.410
Total de outras obrigações – passivo circulante	28.986	34.552	63.550	38.263

Notas Explicativas

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Moeda nacional:				
Adiantamentos de Instituições Financeiras (a)	-	-	4.218	4.749
Obrigações relacionadas às operações com seguros (c)	4.101	2.929	4.101	2.929
Obrigações aos ex-controladores Maxmix (d)	-	-	15.000	-
Total de outras obrigações – passivo não circulante	4.101	2.929	23.319	7.678

(a) referem-se basicamente às antecipações de receitas com a intermediação de serviços financeiros, relacionados às operações de vendas financiadas e cartão bandeira; (b) referem-se aos saldos a favor dos clientes, cujos créditos poderão ser utilizados como pagamento em compras na Companhia e mercadorias compradas em listas de noivas, mas ainda não entregues; (c) adiantamentos relacionados às operações de seguros referente contrato de exclusividade, prêmios de seguro pagos pelos clientes para repasse para a empresa seguradora e aos títulos de capitalização e (d) saldo a pagar aos ex-controladores da Maxmix Comercial Ltda. conforme descrito na nota explicativa n.º 1.1.

17 Impostos e contribuições a recolher de longo prazo

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
PAES	1.376	1.881	1.376	1.881
ICMS a recolher – Pró-Emprego	30.692	32.398	30.692	32.398
AVP - ICMS a recolher - Pró-Emprego	(5.152)	(5.315)	(5.152)	(5.315)
Outros	-	-	897	-
Total	26.916	28.964	27.813	28.964

Em 30 de maio de 2003, foi editada a Lei 10.684 que trata, entre outros pontos, do Parcelamento Especial – PAES, destinado a promover o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social, constituídos ou não, inscritos ou não como Dívida Ativa, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento. A Companhia optou por incluir no referido parcelamento, em 31 de julho de 2003, alguns débitos cujas matérias eram objeto de discussão judicial. O montante está sendo pago em parcelas mensais atualizadas com base na TJLP, cujo vencimento final é no ano de 2013.

A Companhia obteve enquadramento no Programa Pró-Emprego, do Estado de Santa Catarina, em contrapartida a investimentos realizados no seu centro de distribuição localizado no município de Palhoça. Os valores de ICMS a recolher apurados naquele estabelecimento serão pagos num prazo de 24 meses a contar da data de ocorrência do fato gerador, nas apurações mensais efetuadas a partir de junho de 2007, conforme deferido em ato da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina. Para a manutenção do enquadramento no Programa Pró-Emprego, a Companhia contribui, sobre os benefícios assegurados no referido programa, com 2,5% e 2% respectivamente, para o Fundo Pró-Emprego e para o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior.

18 Capital social e reservas

18.1 Capital social

O limite do capital autorizado da Companhia é de 225.000.000 (duzentos e vinte e cinco milhões) de ações ordinárias, todas sem valor nominal. Dentro dos limites autorizados no estatuto, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

O capital social integralizado da Companhia, em 30 de junho de 2011, é de R\$ 413.725 (R\$ 408.734 em 31 de dezembro de 2010), representado por 122.537.315 (cento e vinte dois milhões, quinhentos e trinta e sete mil e trezentos e quinze) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. De acordo com o art. 43 do Estatuto Social da Companhia, qualquer acionista que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações emitidas deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de aquisição, realizar uma Oferta Pública (OPA) para aquisição da totalidade das ações, observando disposições da regulamentação da CVM, dos regulamentos da BOVESPA e do Estatuto Social da Companhia, em condições tais que protejam os interesses dos demais acionistas. Em 30 de junho de 2011, nenhum acionista detém, individualmente, participação acionária igual ou superior a 20%.

A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, bem como o direito a participar da destinação dos lucros, na forma de dividendos, propostos em conformidade com o Estatuto Social da Companhia e de acordo com os artigos 190 e 202 da Lei 6.404/76, que estabelecem um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

Notas Explicativas

18.2 Reservas de capital

a) Reservas de ágio

Referem-se ao ágio originado de incorporação reversa da JC Penney Brasil Investimentos Ltda. (R\$ 106.660) e da empresa JC Penney Brasil Comercial Ltda. (R\$ 11.505), ocorrido em 3 de dezembro de 1999 e 25 de maio de 2005, respectivamente.

b) Reserva de plano de opções de compra de ações

Referem-se à contrapartida das despesas do plano de opção de compra de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 25. A destinação das reservas de capital depende de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas (AGE).

18.3 Reservas de lucros

a) Reserva para investimento e expansão

Esta reserva é constituída conforme destinação deliberada pelos órgãos da administração, para fazer frente aos investimentos do plano de expansão da Companhia, conforme previsto no art. 35, item (c) do estatuto social da Companhia.

b) Reserva legal

Esta reserva é constituída conforme determina a legislação societária.

c) Dividendo adicional proposto

Refere-se aos dividendos propostos em excesso ao mínimo obrigatório, cuja destinação é realizada por aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

19 Ajuste de avaliação patrimonial

São apresentados como ajuste de avaliação patrimonial os resultados não realizados com os instrumentos financeiros derivativos (notas explicativas nº 3.17 e 21). O montante dos ajustes registrados representa uma perda, líquida de impostos, no montante de R\$ 1.392 (R\$ 2.610 em 31/12/2010) e serão revertidos quando da liquidação dos referidos instrumentos financeiros, com os efeitos no resultado segundo o regime de competência.

20 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações, sendo determinado a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

Notas Explicativas

	Controladora (BRGAAP) e Consolidado (IFRS e BRGAAP)			
	2T11	6M11	2T10	6M10
Básico				
Numerador básico				
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	113.544	161.131	90.958	127.861
Denominador básico				
Média ponderada de ações ordinárias	122.420	122.385	121.892	121.886
LUCRO POR AÇÃO – BÁSICO	0,9275	1,3166	0,7462	1,0490
Diluído				
Numerador diluído				
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	113.544	161.131	90.958	127.861
Denominador diluído				
Média ponderada de ações ordinárias	122.420	122.385	121.892	121.886
Mais:				
Potencial incremento nas ações ordinárias em função do plano de opções de ações	2.441	2.395	1.801	1.780
Total	124.861	124.780	123.693	123.666
LUCRO POR AÇÃO – DILUÍDO	0,9094	1,2913	0,7354	1,0339

21 Instrumentos financeiros e gestão de capital

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderiam ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de metodologias de mercado pode produzir efeitos diferentes nos valores de realização estimados.

21.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros ativos operados pela Companhia incluem, (i) recebíveis, composto por contas a receber de clientes pela venda de mercadorias e equivalentes de caixa; e (ii) derivativos usados para hedge.

Os instrumentos financeiros passivos operados pela Companhia incluem, (i) Fornecedores; e (ii) Empréstimos e financiamentos.

21.2 Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Caixa e equivalentes de caixas

As taxas de juros que remuneram os equivalentes de caixa da Companhia, no encerramento do exercício se aproximam das taxas de mercado para operações de natureza, prazo e risco semelhantes, de forma que, os saldos contábeis dos equivalentes de caixa são similares aos de mercado.

Empréstimos e financiamentos

As taxas de juros dos empréstimos contratados, no encerramento do período, se aproximam das taxas de mercado para instrumentos de natureza, prazos e riscos semelhantes e, portanto, o valor contábil dos empréstimos são similares aos de mercado.

Derivativos

O critério de determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é baseado na utilização das curvas de mercado de cada derivativo na data da apuração.

21.3 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco limitado ao valor do prêmio pago do derivativo que visa proteger a exposição de variação de preços da moeda.

A gestão de risco é realizada pela área de finanças corporativas da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

Notas Explicativas

(a) Riscos de mercado

Risco cambial

O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, geradas principalmente pela importação de mercadorias denominadas em dólar norte americano. A política de gestão de risco cambial definida pela administração da Companhia é a de proteger até 100% do custo FOB de suas importações, via operações de hedge, compostas por contratos de opções de compra de dólar norte americano (nota explicativa nº 3.17). O hedge é utilizado somente como um instrumento de proteção de valor da Companhia, e nunca como um instrumento especulativo, podendo ser realizado em operações expostas à moeda estrangeira que tenham impacto financeiro na empresa.

Uma vez definido o planejamento de compras, é tomado por base o nível de preço de moeda que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local, dentro dos padrões de margem de lucro esperados e dos prazos de entrega prováveis e, a partir daí se define o preço de exercício e vencimentos que nortearão a contratação das opções de compra de dólar norte americano.

Ao limitar-se ou reduzir-se os riscos cambiais incorridos na execução das operações da Companhia, através da contratação de instrumentos derivativos, busca-se garantir rentabilidade mínima nas transações que envolvam ativos ou passivos precificados em moeda estrangeira, como na lucratividade oriunda da comercialização de produtos importados ou na limitação de custos em operações de dívida em moeda estrangeira.

Risco de taxa de juros

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política da Companhia é a de manter 100% de seus empréstimos com pagamento em taxa de juros fixa ou atrelados ao CDI. Visando minimizar riscos, a Companhia tem como prática a manutenção de hedge natural composto por ativos financeiros indexados ao CDI e recebíveis corrigidos a taxas de juros fixa.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e hedge natural. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Considerando a manutenção de posições de equivalentes de caixa indexados ao CDI e em patamares superiores às captações de dívida, também atreladas ao CDI e parte em taxas de juros fixas, posições de financiamentos de clientes em montantes equivalentes às linhas de crédito tomadas para financiamento destas operações e indexadas pelas mesmas taxas, levando em conta ainda a estrutura de financiamento das operações, predominantemente de capital próprio, a administração entende que seus resultados possuem baixa sensibilidade a variações nas taxas de juros praticadas no mercado.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito aos seus clientes.

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). A Companhia registrou provisão para perdas em crédito no montante de R\$ 62.860 em 30 de junho de 2011 (R\$ 57.085 e 31 de dezembro de 2010), para cobrir os riscos de crédito. O agendamento (*aging*) de recebimentos e a provisão de perdas com crédito reconhecidas pela Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 6. Os ativos representados por equivalentes de caixa, depósitos em bancos e derivativos, tem como contraparte, instituições financeiras de reconhecida solidez e/ou são lastreados em títulos garantidos por estas instituições.

(c) Risco de liquidez

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Os limites globais concedidos a Companhia tem espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis (notas explicativas nº 12 e 13), não gerando risco de quebra desses limites ou cláusulas dos empréstimos. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa nº 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 30 de junho de 2011, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados para administrar o risco de liquidez.

Notas Explicativas

O passivo financeiro mantido pela Companhia em 30 de junho de 2011 é representado basicamente pelos empréstimos e financiamentos, cuja expectativa de fluxos de caixa futuros encontra-se apresentada nas notas explicativas nº 12 e 13.

21.4 Instrumentos financeiros derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A contratação de instrumentos derivativos é utilizada conforme definido em política interna, aprovada pela diretoria, somente para proteção de ativos e passivos da Companhia, cujo valor esteja exposto a riscos de variação de preços da moeda.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia tem contratada a compra de 56.838 mil opções de compra de dólar norte americano, com as seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil S/A, Banco Santander (Brasil) S/A e Banco Itaú BBA S/A. Cada opção de compra de dólar norte americano assegura o direito à Companhia de adquirir a referida moeda a um preço estabelecido para o vencimento (preço de exercício). Em 30 de junho de 2011, o preço de exercício médio das opções de compra de dólar adquiridas era de R\$ 1,7776 para cada dólar.

A avaliação do valor justo dos derivativos é estabelecida com base no mercado ativo (nível 1). Em 30 de junho de 2011, o valor justo dos derivativos apresentados pela Companhia monta em R\$ 710, e foi alocado nos estoques, como importações em andamento. Esse montante representa o risco máximo do instrumento contratado, já que a opção de compra de dólar assegura um direito e não impõe obrigações ao contratante.

A tabela a seguir sumaria as informações referentes às opções de compra de dólar norte americano em aberto em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

Período	Operação	Valor pago pelas opções em aberto	Valor justo das opções – perda não realizada	Vencimentos
30/06/2011	Opção de compra de dólar	2.818	710	De 29/07/11 a 31/01/12
31/12/2010	Opção de compra de dólar	4.604	650	De 31/01/11 a 29/07/11

A tabela a seguir sumaria os resultados dos derivativos diferidos no patrimônio líquido, considerando a aplicação do conceito de hedge de fluxo de caixa:

Período	Perdas diferidas - bruta	IR/CSLL (34%)	Perdas diferidas - líquida
30/06/2011	(2.108)	716	(1.392)
31/12/2010	(3.954)	1.344	(2.610)

Considerando que o instrumento contratado tem a finalidade de proteger a Companhia contra riscos de alta da moeda norte americana, segue análise de sensibilidade para três cenários hipotéticos, sendo um cenário esperado à época das contratações e dois cenários de alta do dólar norte americano, em 30 de junho de 2011:

Período	Operação	Valor de referência da cobertura US\$	Cotação US\$ exercício	Risco	Resultado Hedge Cenário esperado	Resultado bruto Hedge Cenário I (alta 25%)	Resultado bruto Hedge Cenário II (alta 50%)
30/06/2011	Opção de compra de dólar	56.838	1,7776	Alta do US\$	(2.818)	22.454	47.713
31/12/2010	Opção de compra de dólar	44.743	1,7885	Alta do US\$	(4.604)	15.382	35.388

21.5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ela associados.

A Companhia tem utilizado essencialmente capital próprio para o financiamento de suas atividades, apresentando, consistentemente, baixo nível de endividamento quando comparado à sua posição de patrimônio líquido, bem como quando comparado à sua posição de caixa.

Notas Explicativas

A sólida posição patrimonial da Companhia, e sua longa relação com importantes instituições financeiras e com o mercado de capitais, lhe garantem condições de acesso bastante confortáveis para captação de recursos via endividamento ou mesmo, emissão de novas ações para aumento de capital, se assim for necessário.

22 Partes relacionadas

A Companhia, sociedades controladas e pessoas ligadas, realizaram algumas operações entre si, relativas a aspectos financeiros e operacionais da Companhia. Descrevemos abaixo as operações mais relevantes:

a) Contexto Consolidado

Remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria (a "Administração")

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores, após considerar o parecer do Comitê de Remuneração nos termos do art. 21 do Estatuto Social. No trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2011, a remuneração dos administradores totalizou R\$ 1.607 e R\$ 3.021 (R\$ 1.908 e R\$ 3.709 no trimestre e semestre anterior), apresentados como outros resultados operacionais (nota explicativa nº 28).

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 11 de abril de 2011 aprovou o limite de remuneração global dos administradores em até R\$ 10.000 para o exercício social de 2011.

Plano de opções de compra de ações

A Companhia possui planos de remuneração baseado em ações (nota explicativa nº 25). No trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2011, a despesa com plano de opções de compra de ações de administradores totalizou R\$ 2.598 e R\$ 5.671 (R\$ R\$ 3.548 e R\$ 7.251 no trimestre e semestre anterior), apresentados como despesa operacional antes do resultado financeiro.

Participação estatutária

A participação estatutária refere-se à participação nos lucros atribuída aos administradores conforme definido no artigo 35, parágrafo único do estatuto social da Companhia e depende de aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

b) Contexto Controladora

Contratos de Locação

Em 2009, a Companhia renovou o contrato de locação com a controlada Dromegon do prédio da loja no centro de Porto Alegre. O valor da locação desse imóvel é sempre o maior valor entre (i) o equivalente a 5,5% das vendas mensais líquidas de tributos realizadas pela loja e (ii) R\$ 142 ao mês. O referido contrato de locação tem prazo de validade de 10 anos, sujeito a renovação.

Contrato de Prestação de Serviço de Concessão de Empréstimos e Intermediação de Venda de Títulos de Capitalização

A Companhia oferece serviços financeiros de empréstimo pessoal, através de sua subsidiária, RACC, mediante contratos de convênio para concessão de empréstimos realizado junto a instituições financeiras, proporcionando aos titulares do Cartão Renner condições para obtenção de empréstimo pessoal. A Lojas Renner participa na operação com sua infra-estrutura operacional e como garantidora da operação. A RACC também oferece venda de títulos de capitalização através de um contrato de cooperação comercial realizado com a empresa Icatu Hartford Capitalização S.A.

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2011, bem como os valores das transações registrados no resultado do período relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações realizadas conforme condições contratuais e usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e estão sumariadas a seguir:

	Dromegon	RACC	REMP	Controladas			
				30/06/2011	31/12/2010		
Saldos - Passivo							
Aluguéis a pagar	7.146	-	-	7.146	5.647		
Conta corrente com empresas ligadas	-	13.974	-	13.974	17.335		
Transações no período				2T11	6M11	2T10	6M10
Despesas com aluguéis	(1.062)	-	-	(1.062)	(1.768)	(984)	(1.628)
Resultado de equivalência patrimonial	882	2.540	1.575	4.997	7.821	5.577	11.130

Notas Explicativas

23 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 30 de junho de 2011, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques, conforme demonstrado abaixo.

	Controladora (BRGAAP) e Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Responsabilidade civil	102.100	57.000
Riscos diversos – Imobilizado e estoques	1.180.433	1.003.003
Veículos	299.081	9.104

24 Acordos ou outras obrigações relevantes entre a Companhia e seus administradores

Conforme Capítulo IV, art. 13 do Estatuto Social da Companhia, a administração da Companhia incumbe ao Conselho de Administração e à Diretoria. A investidura desses Administradores no cargo faz-se por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e pela prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

O Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, tem mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração em exercício serão considerados automaticamente indicados para reeleição por proposta conjunta dos membros do Conselho de Administração.

A Diretoria, cujos membros são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, tem prazo de mandato de 2 anos, permitida a reeleição e estão vinculadas por meio de um contrato de prestação de serviços, cuja remuneração compreende um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e um variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia. O vencimento dos contratos está vinculado ao prazo de mandato dos diretores, com exceção do contrato firmado com o Diretor Presidente.

A Companhia firmou em março de 2009, um novo contrato de prestação de serviços com o seu Diretor Presidente. O Contrato prevê a permanência do executivo por no mínimo 5 (cinco) anos, remuneração compreendendo um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e um variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia.

25 Plano de opção de compra de ações

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 16 de fevereiro de 2011, foi aprovada a proposta do Comitê de Remuneração para implementação um novo programa do plano de opção de compra de ações (7º outorga), outorgando 638 mil opções de compra de ações da Companhia. O preço de exercício das opções ficou estabelecido em R\$ 51,42 (cinquenta e um reais e quarenta e dois centavos) por ação. Não haverá atualização monetária no preço de exercício das opções.

Os programas prevêem que cinquenta por cento das opções tornar-se-ão exercíveis após o decurso de três anos de sua respectiva outorga, e o restante, após o decurso de quatro anos (considerando apenas as opções objeto de uma mesma outorga). Os programas prevêem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. A partir da 3ª outorga, no caso da obrigação de realizar oferta pública, nos termos dos Art. 40, 41, 42 e 43 do Estatuto Social, ou na hipótese de sucesso de oferta pública para aquisição do controle da Companhia, se qualquer desses casos resultar em desligamento sem justa causa de participante do Plano por iniciativa da Companhia, todas as opções outorgadas ao respectivo participante e que ainda não sejam passíveis de exercício tornar-se-ão automaticamente exercíveis. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário (Administradores e Executivos selecionados) poderá exercê-la a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, até o término do prazo de 6 (seis) anos contados da data de outorga de tal opção. O 1º e 2º programas de outorga de opções dos Administradores prevêem o comprometimento para que não sejam vendidas, transferidas, oneradas ou de qualquer outra forma negociada o equivalente a 50% das ações que vierem a ser subscritas e integralizadas em razão do exercício das opções outorgadas por um período de um ano contado da data de subscrição e integralização das referidas ações. A outorga contratual de opções do Diretor Presidente, datada em 30 de março de 2009, prevê que o exercício das opções estará sujeito a um prazo de carência (*vesting*) total de seis anos contados da data de outorga. A partir do segundo aniversário da data de outorga, será permitido o exercício antecipado em parcelas de 20% ao ano, desde que atingida uma meta de valorização da Companhia através do indicador *Total Shareholder Return* (TSR), estabelecida pelo Conselho de Administração.

Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia. Em 30 de junho de 2011, existiam 5.608 mil opções (5.159 mil em 31 de dezembro de 2010), representando, no total, aproximadamente 4,58% das 122.537.315 ações emitidas pela Companhia.

A despesa contabilizada corresponde ao valor justo dos respectivos instrumentos financeiros, calculado na data da outorga, com base no modelo de *Black&Scholes*, registrado em uma base "pro rata temporis", durante o período de prestação de

Notas Explicativas

serviços que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. No trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2011, a despesa com plano de opções de compra de ações de administradores totalizou R\$ 5.549 e R\$ 10.276 (R\$ R\$ 4.629 e R\$ 8.458 no trimestre e semestre anterior).

O quadro a seguir apresenta a movimentação das outorgas de opções de compra de ações, o preço de fechamento da ação da Companhia em 30 de junho de 2011 e o valor da opção corrigido pelo IPCA nesta mesma data:

	1º outorga A	1º outorga B	2º outorga	3º outorga A	3º outorga B	4º outorga	5º outorga
Total de opções de compra de ações emitidas – mil –	760	55	815	517	250	1.029	1.094
(-) Exercício das opções de compra de ações – mil	(634)	(50)	(243)	(91)	-	(30)	(28)
(-) Cancelamento das opções de compra de ações – mil	(126)	(5)	(216)	(234)	-	(185)	(124)
(=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 30/06/2011 – mil	-	-	356	192	250	814	942
Valor da opção para exercício em 30/06/2011 (1º e 2º outorgas corrigidos pelo IPCA) – R\$	N/A	N/A	27,24	29,01	29,83	34,25	15,15
Valor de mercado da ação em 30/06/2011 – R\$	59,50	59,50	59,50	59,50	59,50	59,50	59,50

	Outorga contratual	6º outorga A	6º outorga B	7º outorga	Total 30/06/2011	Total 31/12/2010
Total de opções de compra de ações emitidas – mil –	1.822	601	10	638	7.591	6.953
(-) Exercício das opções de compra de ações – mil	-	-	-	-	(1.076)	(887)
(-) Cancelamento das opções de compra de ações – mil	-	(17)	-	-	(907)	(907)
(=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 30/06/2011 – mil	1.822	584	10	638	5.608	5.159
Valor da opção para exercício em 30/06/2011 (1º e 2º outorgas corrigidos pelo IPCA) – R\$	14,44	38,65	38,97	51,42		
Valor de mercado da ação em 30/06/2011 – R\$	59,50	59,50	59,50	59,50		

Considerando o exercício das 5.608 mil opções *in the money*, aos respectivos preços de exercícios acima mencionados, demonstramos a seguir os efeitos no valor patrimonial da ação e respectivo percentual de redução de participação societária dos atuais acionistas em 30 de junho de 2011:

Valor do Patrimônio Líquido em 30/06/2011	1.016.945
Quantidade de ações em 30/06/2011 – mil	122.537
Valor patrimonial da ação em 30/06/2011 – R\$	8,30
Valor do Patrimônio Líquido em 30/06/2011, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	1.163.889
Quantidade de ações em 30/06/2011, considerando o exercício das opções <i>in the money</i>	128.145
Valor patrimonial da ação em 30/06/2011, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	9,08
% de redução na participação societária dos atuais acionistas, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	4,38

Na determinação do valor justo das opções de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	1º Outorga (A)	1º Outorga (B)	2º Outorga	3º Outorga (A)	3º Outorga (B)	4º Outorga
Data da outorga	29/07/05	17/10/05	01/06/06	30/04/07	15/05/07	31/03/08
Dividend yield	-	-	1,21%	0,95%	0,89%	2,04%
Volatilidade do preço da ação	25,97%	59,37%	46,85%	34,46%	36,15%	51,39%
Taxa de juro livre de risco	14,87%	14,19%	14,92%	10,05%	9,69%	12,51%
"Vesting period"	0,08 anos	0,29 anos	0,92 anos	1,82 anos	1,86 anos	2,74 anos
Número de opções	760	55	815	517	250	1.029
Valor justo na data da outorga	5.022	443	13.484	7.772	4.191	21.565
Valor da opção para exercício em 30/06/2011 - (1º e 2º outorgas corrigidas pelo IPCA) – R\$	8,50	12,13	27,24	29,01	29,83	34,25

Notas Explicativas

	5º Outorga	Outorga contratual	6º Outorga (A)	6º Outorga (B)	7º Outorga
Data da outorga	19/01/09	30/03/09	18/01/10	15/03/10	16/02/11
Dividend yield	2,21%	2,65%	3,07%	2,93%	3,65%
Volatilidade do preço da ação	79,74%	57,45%	33,65%	35,38%	42,84%
Taxa de juro livre de risco	11,39%	11,02%	12,12%	11,51%	11,80%
"Vesting period"	3,55 anos	3,74 anos	4,54 anos	4,69 anos	5,62 anos
Número de opções	1.094	1.822	601	10	638
Valor justo na data da outorga	14.079	16.296	12.349	218	19.040
Valor da opção para exercício em 30/06/2011 - (1º e 2º outorgas corrigidas pelo IPCA) – R\$	15,15	14,44	38,65	38,97	51,42

26 Plano de aposentadoria e pensão

A Companhia não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores.

27 Ônus, garantias e responsabilidades

A Companhia possui penhora de um dos seus imóveis registrados no Ativo Imobilizado, decorrente de débitos que estavam sob discussão com a Fazenda Nacional.

Em 31 de julho de 2003, a Companhia optou por incluir os débitos com a Fazenda Nacional e FNDE, objeto de penhor, que totalizavam na data R\$ 1.074, no parcelamento especial instituído pela Lei 10.684/2003 (PAES). Referido parcelamento, destacado na nota explicativa nº 17, vem sendo regularmente pago pela Companhia e tem vencimentos programados até outubro de 2013, data em que poderão ser liberados os gravames sobre os referidos imóveis.

Os financiamentos concedidos aos clientes estão registrados na conta de financiamentos – operações serviços financeiros do passivo circulante e totalizam em 30 de junho de 2011, R\$ 0 na controladora – BRGAAP e R\$ 2.449 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R\$ R\$ 69.624 e R\$ 69.709 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente), vide nota explicativa nº 13.

A partir de agosto de 2005, a Companhia passou a oferecer aos seus clientes a condição de pagamento com encargos (0 + 8 parcelas), através da intermediação junto a instituições financeiras (CDCI/Vendor), na qual a Companhia figura como fiadora e principal pagadora, sendo solidariamente responsável por todas as obrigações, principal e acessórias, oriundas da operação. Em 30 de junho de 2011, o montante a vencer das operações de vendas financiadas garantidas pela Companhia totalizam R\$ 14.309 na controladora – BRGAAP e R\$ 14.444 no consolidado – IFRS e BRGAAP (R\$ 98.715 e R\$ 98.735 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente), vide nota explicativa nº 13.

A partir de Dezembro de 2010, a Companhia passou a disponibilizar aos clientes, através do Convênio para Concessão de Financiamentos – Vendor Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes. A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes. Os financiamentos concedidos aos clientes nesta modalidade de crédito estão registrados na conta de financiamentos – operações serviços financeiros do passivo circulante e totalizam, em 30 de junho de 2011, R\$ 23.078 na controladora e no consolidado (R\$ 19.695 em 31/12/2010).

Em abril de 2006, a Companhia e a sua controlada RACC celebraram "Contrato de Convênio Para Concessão de Empréstimos Pessoais" aos titulares do Cartão Renner junto ao Banco Safra S.A. e, a partir de março de 2010, junto ao Banco Alfa. Como parte da operação, a Lojas Renner S.A. assume junto aos Bancos, na condição de fiador e principal pagador, a plena e direta responsabilidade por todas as obrigações, principal e acessórias, contraídas e a serem contraídas pelos titulares do Cartão Renner nos empréstimos pessoais concedidos com base no contrato. Em 30 de junho de 2011, o montante a vencer dos empréstimos pessoais garantidos totaliza R\$ 82.110 (R\$ 76.644 em 31 de dezembro de 2010), conforme Nota explicativa nº 13.

Notas Explicativas

28 Outros resultados operacionais

Apresentamos a composição dos outros resultados operacionais:

	Controladora - BRGAAP				Consolidado – IFRS e BRGAAP			
	2T11	6M11	2T10	6M10	2T11	6M11	2T10	6M10
Remuneração dos administradores	(1.607)	(3.021)	(1.908)	(3.709)	(1.607)	(3.021)	(1.908)	(3.709)
Tributárias	(4.879)	(11.002)	(6.425)	(11.581)	(5.092)	(11.220)	(6.429)	(11.587)
Despesas com produtos/serviços financeiros	(17.340)	(31.789)	(11.705)	(21.112)	(20.167)	(37.796)	(11.872)	(21.443)
Outras receitas operacionais	878	1.747	720	1.762	878	1.747	720	1.763
Outras despesas operacionais	(1.429)	(1.601)	(21)	(56)	(1.429)	(1.601)	(21)	(56)
Participação empregados (a)	(3.410)	(5.666)	(5.611)	(8.319)	(3.413)	(5.668)	(5.611)	(8.319)
Outros resultados operacionais	(27.787)	(51.332)	(24.950)	(43.015)	(30.830)	(57.559)	(25.121)	(43.351)

(a) Refere-se à despesa com o Programa de Participação nos Resultados, estruturado em conformidade com a Lei 10.101/2000.

29 Resultado financeiro

Apresentamos a composição do resultado financeiro:

	Controladora - BRGAAP				Consolidado – IFRS e BRGAAP			
	2T11	6M11	2T10	6M10	2T11	6M11	2T10	6M10
Receitas financeiras	4.641	13.986	8.677	16.569	4.662	14.006	8.677	16.569
Despesas financeiras	(2.065)	(6.009)	(2.084)	(5.142)	(2.823)	(6.787)	(2.112)	(5.177)
Outras receitas / (despesas) financeiras	(452)	(62)	514	1.141	(459)	(69)	514	1.139
Resultado Financeiro	2.124	7.915	7.107	12.568	1.380	7.150	7.079	12.531

30 Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração.

As informações por segmento da Companhia estão segregadas em varejo e produtos financeiros.

A tabela abaixo demonstra essa segregação:

	Controladora – BRGAAP					
	Varejo		Produtos Financeiros		Total	
	2T11	2T10	2T11	2T10	2T11	2T10
Receita líquida	727.909	629.989	79.530	66.363	807.439	696.352
Custo das vendas de mercadorias	(333.621)	(290.146)	(5.525)	(6.811)	(339.146)	(296.957)
(Despesas)						
Vendas	(178.131)	(149.678)	-	-	(178.131)	(149.678)
Administrativas e gerais	(57.929)	(50.098)	-	-	(57.929)	(50.098)
Perdas em créditos, líquidas	-	-	(28.580)	(28.568)	(28.580)	(28.568)
Outros resultados operacionais	(10.447)	(13.245)	(17.340)	(11.705)	(27.787)	(24.950)
LAJIDA (nota explicativa 3.22)	147.781	126.822	28.085	19.279	175.866	146.101
	Controladora – BRGAAP					
	Varejo		Produtos Financeiros		Total	
	6M11	6M10	6M11	6M10	6M11	6M10
Receita líquida	1.245.616	1.070.235	153.933	125.953	1.399.549	1.196.188
Custo das vendas de mercadorias	(577.014)	(496.924)	(11.679)	(12.822)	(588.693)	(509.746)
(Despesas)						
Vendas	(345.810)	(287.352)	-	-	(345.810)	(287.352)
Administrativas e gerais	(109.441)	(91.064)	-	-	(109.441)	(91.064)
Perdas em créditos, líquidas	-	-	(47.361)	(52.152)	(47.361)	(52.152)
Outros resultados operacionais	(19.543)	(21.903)	(31.789)	(21.112)	(51.332)	(43.015)
LAJIDA (nota explicativa 3.22)	193.808	172.992	63.104	39.867	256.912	212.859

Notas Explicativas

	Consolidado – IFRS e BRGAAP					
	Varejo		Produtos Financeiros		Total	
	2T11	2T10	2T11	2T10	2T11	2T10
Receita líquida	749.653	629.989	86.766	71.990	836.419	701.979
Custo das vendas de mercadorias (Despesas)	(345.698)	(290.146)	(5.525)	(6.811)	(351.223)	(296.957)
Vendas	(185.211)	(148.731)	-	-	(185.211)	(148.731)
Administrativas e gerais	(60.560)	(50.098)	-	-	(60.560)	(50.098)
Perdas em créditos, líquidas	-	-	(28.926)	(28.568)	(28.926)	(28.568)
Outros resultados operacionais	(10.663)	(13.249)	(20.167)	(11.872)	(30.830)	(25.121)
LAJIDA (nota explicativa 3.22)	147.521	127.765	32.148	24.739	179.669	152.504

	Consolidado – IFRS e BRGAAP					
	Varejo		Produtos Financeiros		Total	
	6M11	6M10	6M11	6M10	6M11	6M10
Receita líquida	1.267.360	1.070.235	167.826	137.478	1.435.186	1.207.713
Custo das vendas de mercadorias (Despesas)	(589.091)	(496.924)	(11.679)	(12.822)	(600.770)	(509.746)
Vendas	(352.211)	(285.784)	-	-	(352.211)	(285.784)
Administrativas e gerais	(112.083)	(91.064)	-	-	(112.083)	(91.064)
Perdas em créditos, líquidas	-	-	(47.735)	(52.152)	(47.735)	(52.152)
Outros resultados operacionais	(19.763)	(21.908)	(37.796)	(21.443)	(57.559)	(43.351)
LAJIDA (nota explicativa 3.22)	194.212	174.555	70.616	51.061	264.828	225.616

31 Contratos de locação de imóveis de unidades em operação

Em 30 de junho de 2011, a Companhia possuía 184 contratos de locação para suas unidades comerciais, de logística e administrativa, sendo 155 contratos referentes à operação da Lojas Renner (147 em 31/12/2010) e 29 contratos referentes à operação da Camicado. A Companhia analisou referidos contratos e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, prevêem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia, pagar o maior valor entre ambos. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

Os contratos de aluguel das áreas de logística e administrativa possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

Os contratos de aluguel são avaliados e reconhecidos na despesa com base na maturação das lojas.

No trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2011, no contexto da controladora, que inclui a operação de aluguel com a Dromegon descrita na nota explicativa nº 22, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 25.052 e R\$ 53.363 (R\$ 25.576 e R\$ 48.280 no trimestre e semestre anterior). O saldo da conta de aluguéis a pagar, em 30 de junho de 2011, é de R\$ 26.047 (R\$ 26.456 em 31 de dezembro de 2010).

No trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2011, no contexto consolidado, eliminado a operação de aluguel com a Dromegon descrita na nota explicativa nº 22, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 26.710 e R\$ 54.341 (R\$ 24.627 e R\$ 46.711 no trimestre e semestre anterior). O saldo da conta de aluguéis a pagar, em 30 de junho de 2011, é de R\$ 20.441 (R\$ 20.809 em 31/12/2010).

Os compromissos futuros, oriundos destes contratos, a valores de 30 de junho de 2011 totalizam um montante mínimo de R\$ 825.248, assim distribuídos:

	Total	2011	2012	2013	2014	2015	2016 em diante
Aluguéis	825.248	61.355	123.473	121.054	118.441	100.687	300.238

Notas Explicativas

32 Despesas por natureza

Apresentamos a seguir, segregação por natureza, das despesas apresentadas nas demonstrações do resultado de acordo com sua função:

	Controladora - BRGAAP				Consolidado – BRGAAP e IFRS			
	2T11	6M11	2T10	6M10	2T11	6M11	2T10	6M10
(Despesas) outras receitas operacionais								
Vendas	(178.131)	(345.810)	(149.678)	(287.352)	(185.211)	(352.211)	(148.731)	(285.784)
Despesas com pessoal	(67.429)	(129.348)	(60.027)	(111.791)	(71.097)	(133.016)	(60.027)	(111.791)
Despesas com serviços de terceiros	(31.082)	(65.355)	(24.124)	(51.483)	(31.130)	(65.403)	(24.124)	(51.483)
Despesa com ocupação	(43.581)	(82.261)	(36.382)	(68.839)	(45.238)	(83.239)	(35.435)	(67.271)
Outras despesas	(36.039)	(68.846)	(29.145)	(55.239)	(37.746)	(70.553)	(29.145)	(55.239)
Administrativas e gerais	(57.929)	(109.441)	(50.098)	(91.064)	(60.560)	(112.083)	(50.098)	(91.064)
Despesas com pessoal	(23.924)	(46.683)	(18.515)	(35.133)	(23.974)	(46.744)	(18.515)	(35.133)
Despesas com serviços de terceiros	(12.634)	(21.446)	(10.593)	(16.915)	(14.267)	(23.079)	(10.593)	(16.915)
Despesa com ocupação	(2.819)	(5.538)	(1.397)	(2.815)	(2.819)	(5.538)	(1.397)	(2.815)
Outras despesas	(18.552)	(35.774)	(19.593)	(36.201)	(19.500)	(36.722)	(19.593)	(36.201)
Perdas em créditos, líquidas	(28.580)	(47.361)	(28.568)	(52.152)	(28.926)	(47.735)	(28.568)	(52.152)
Outros resultados operacionais	(27.787)	(51.332)	(24.950)	(43.015)	(30.830)	(57.559)	(25.121)	(43.351)
Total das despesas	(292.427)	(553.944)	(253.294)	(473.583)	(305.527)	(569.588)	(252.518)	(472.351)

33 Destinações do lucro

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada na data de 11 de abril de 2011, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 231.021 (R\$ 1,8882 por ação, sendo R\$ 70.228 na forma de juros sobre capital próprio). O pagamento foi efetuado a partir do dia 20 de abril de 2011.

A Administração da Companhia propôs, em reuniões do Conselho de Administração realizadas nos dias 14 de março de 2011 e 26 de junho de 2011, a distribuição antecipada de juros sobre o capital próprio do exercício de 2011, nos montantes de R\$ 18.474 (R\$ 0,1510 por ação) e de R\$ 18.920 (R\$ 0,1544 por ação), respectivamente. A distribuição desses dividendos será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até o mês de abril de 2012.

Os juros sobre o capital próprio, originalmente, são registrados nos livros contábeis e fiscais como despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos acionistas. Entretanto, para fins de preparação dessas demonstrações financeiras, utiliza-se a essência da transação e, portanto, são considerados como dividendos pagos e não transitam pelo resultado. Consequentemente, nessas demonstrações, os lançamentos mencionados anteriormente são reclassificados, ou seja, os juros sobre o capital pagos ou a pagar são registrados a débito de lucros acumulados. O valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro e os benefícios tributários oriundos dessa dedução foram de, aproximadamente R\$ 6.433 em 30 de junho de 2011 e R\$ 6.281 em 31 de março de 2011, conforme nota explicativa nº 9.

34 Informações relevantes

Conforme fato relevante divulgado ao mercado em 13 de junho de 2011, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 30.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), que foram objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos da Instrução n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

A data da liquidação total dessas debêntures foi em 2 de agosto de 2011.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Lojas Renner S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Lojas Renner S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e o período de seis meses findos nessa data, bem como as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 10 de agosto de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” RS

Carlos Biedermann
Contador CRC 1RS029321/O-4